



IntegraFAS

Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Social:
articulação possíveis na educação superior

Anais do evento

24 a 29 de outubro
2022



Andrey Halysson Lima Barbosa

Diretor Geral

Bárbara Barbosa Nepomuceno

Coordenadora Acadêmica

Ana Paula Lima Barbosa

Coordenação de Iniciação Científica,
Monitoria e Extensão

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Paula Lima Barbosa
Agarina Betania Cherrim Moraes
Auridiana Maria De Sousa Figueiredo
Bárbara Barbosa Nepomuceno
Elvíia Camurça Cidade
Érika Nunes Teles Torres
Fernanda Girão Lopes
Gustavo Melo Grigório
Hildemberg Lima Carnaúba
Jessé Américo de Freitas
Karine Lima Verde Pessoa
Leonardo Tavares de Souza
Maria do Socorro Mesquita Silva
Maria Lúcia Fernandes Pereira
Maria Zilah Sales de Albuquerque
Mário Souza Passos
Marlene Pinheiro Gonçalves
Paulo Sergio Fernandes dos Santos
Rachel Rachelley Matos Monteiro
Roberta Michele Ponte Alves
Rodrigo Martins Porto

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alexandre Lima Ferreira
Ana Paula Lima Barbosa
Áurea Júlia de Abreu Costa
Bárbara Barbosa Nepomuceno
Bianca Maria Pacheco Vieira
Daniel Barsi Lopes
Elvíia Camurça Cidade
Érika Nunes Teles Torres
Eugênio Ximenes Andrade
Felipe Saraiva Nunes de Pinho
Fernanda Girão Lopes
Glysa de Oliveira Meneses
Karine Lima Verde Pessoa
Leonardo Tavares de Souza
Maria do Socorro Mesquita Silva
Maria Zilah Sales
Marlene Pinheiro Gonçalves
Otiliana Farias Martins
Paulo Sergio Fernandes Dos Santos
Priscyla Ciríaco Cortez
Roberta Michele Ponte Alves
Rodrigo Martins Porto
Tais Valente Rios
Tiago de Oliveira Magalhães



Sumário

1. Apresentação
2. Resumo da Programação
3. I Mostra de Trabalhos Acadêmicos
 - 3.1 Direito
 - 3.2 Engenharia Civil
 - 3.3 Psicologia



IntegraFAS

Programação 24/10

8h às 8h30

Abertura Integra FAS

Prof. Andrey Lima
Prof. Bárbara Nepomuceno
Profa. Ana Paula Lima Barbosa

Local: Auditório Anexo

8h30 às 9h30

Mesa de Abertura: Desenvolvimento sustentável e responsabilidade social: articulações possíveis na Educação Superior

Profª Drª Ana Rita Pinheiro de Freitas

Local: Auditório Anexo

9h às 11h

Terapia Manual e liberação miofascial

Andressa - Fisioterapeuta

Local: Laboratório de Fisioterapia

9h às 12h

Avaliação nutricional com entrega de material sobre alimentação saudável

Profª Drª Raquel Cristina de Sousa Lima Landim

9h30 às 11h30

Minicurso Dicas para gerir o capital de giro do seu empreendimento.

Profa Rosângela Nunes

10h às 11h30

Oficina de Mindfulness

Prof. Dr. Thiago Magalhães

Local: Sala de aula

10h às 11h30

Oficina de Maquetes

Nilo Augusto Chaves Brandão

Local: Sala de Maquete e Topografia

10h às 11h30

Minicurso Pessoa física ou jurídica: qual a melhor opção para o profissional liberal?

Profª Roberta Michele Pontes Alves

Local: Sala de aula

11h30 às 12h

Atividade cultural Kahoot Marvel

Local: Auditório Sede



Programação 24/10

17h às 18h

Palestra Financiamento de Campanhas Eleitorais no Brasil em 2018 e em 2022.

Carla Michele Quaresma

Local: Sala de aula

18h às 19h

ATIVIDADE CULTURAL

Local: Sala de aula

19h às 20h

Oficina Adobe Illustrator

Jerônimo Alves

Local: Laboratório 3

19h às 20h30

Mesa redonda: Direitos Humanos e Segurança Pública: desafios e perspectivas.

Larissa Gaspar

Arlete Gonçalves

Carlos Alexandre Marques

Mediação: Prof^a Dr^a Marlene Pinheiro

Local: Auditório Sede

19h às 21h

Minicurso Instalações elétricas

Prof. Anderson Ruan

Local: Laboratório de Física

19h às 21h

Oficina de EPI's

Prof. Alexandre Lima

Local: Sala de aula

10h às 11h30

Minicurso SKET/RENDER

Hitalo Santos e Profa. Fernanda Girão

Local: Laboratório 3



IntegraFAS

Programação 25/10

8h às 8h30

Oficina Maquete

Nilo Augusto Brandão

Local: Salas de Maquete e Topografia

8h30 às 10h

Minicurso Comunicação em público: Desafios e estratégias.

Maria Zilah Sales de Albuquerque.

Atividade online

9 às 11h

Terapia Manual e liberação miofascial

Andressa - Fisioterapeuta

Local: Laboratório de Fisioterapia

9h às 11h

Minicurso Primeiros Socorros

Profª Bianca Pacheco

Local: Laboratório de Fisioterapia

10h às 11h30

Mesa redonda – A importância da extensão universitária na formação profissional: diversos caminhos e propostas

Profª Bárbara Nepomuceno – *Faculdade
Ari de Sá*

Artur Freitas - *Fundador e Diretor da Rede
Mobilize*

Selma Ferreira Gomes - *Presidente do
CONJER Conselho Comunitário do Alto
Jerusalém*

Local: Auditório sede

10h às 11h30

Oficina Maquete

Nilo Augusto Brandão

Local: Salas de Maquete e Topografia

11h30 às 12h

Capoeira

Local: Ginásio



Programação 25/10

19h às 20h

Oficina Photoshop/Colagem

Maria Eduarda

Local: Laboratório 3

19h às 21h

Oficina de Origami

Italo de Sousa Batista

Local: Sala de aula

19h às 22h

Minicurso Excell

Prof. Bianca Pacheco

Local: Laboratório Informática 1

19h às 22h

Minicurso Instalações Elétricas

Prof. Anderson Ruan

Local: Laboratório de Física

19h às 21h

Minicurso Entrevista de emprego: como se preparar?

Prof. Otiliana Farias Martins.

Atividade Online

19h às 21h

Atividade Cultural – CINEJUS

Filme: O menino que descobriu o vento

Local: Auditório Sede

19h30 às 20h45

Oficina de Yoga

Local: Sala 202

20h15 às 21h45

Oficina Autocad

Amanda

Local: Laboratório 3



Programação 26/10

8h às 9h30

Palestra Conforto Ambiental no Projeto

Prof. Paulo Fernandes

Local: Sala de aula

8h às 9h15

Oficina de Yoga

Local: Sala 202

8h às 10h

Oficina – Brincar é viver!

Local: Ginásio

8h às 10h

Oficina Libras

Prof. Mariana Costa Araújo

Local: Sala de aula

8h às 11h

Minicurso Autocad

Prof. Rodrigo Borges

Local: Laboratório de Informática 3

10h às 11h30

Palestra Conforto Ambiental no Projeto

Prof. Paulo Fernandes

Local: Sala de aula

10h às 11h30

Palestra Patrimônio e Sustentabilidade: Casas Cearenses

Ana Cecília Vasconcelos
Marcondes Araújo Lima

Local: Sala de aula

11h30 às 12h

Atividade Cultural – CINEJUS

Filme: Lixo extraordinário

Local: Auditório Sede

14h às 16h

Visita guiada ao Museu da Escrita

Local: Museu da Escrita - Rua Dr. Walter Studart, 56 - Dionísio Torres.



IntegraFAS

Programação 26/10

18h30 às 19h

Apresentação musical

João Gaspar

Local: Hall de entrada

19h às 20h

Palestra Acústica e o projeto arquitetônico

Eduardo Frota

Local: Sala de aula

19h às 21h

Minicurso: Impermeabilização Fácil

Prof. Rodrigo Borges

Local: Laboratório de Materiais de Construção

19h às 21h

Mesa de Abertura da Semana de Psicologia - Psicologia e Direitos Humanos

Prof. Dr. João Paulo Pereira Barros -
Universidade Federal do Ceará.

Local: Auditório Sede

19h30 às 21h

Terapia Manual e liberação miofascial

Andressa - Fisioterapeuta

Local: Laboratório de Fisioterapia

18h30 às 20h30

Minicurso Gestão Financeira

Lideranças comunitárias
Novo Mondumbim

Local: Instituto Semente da Liberdade

19h às 21h

Oficina de Libras

Prof^a Mariana Costa Araújo

Local: Sala 202

20h15 às 21h45

Palestra CAU - Profissão, Área de Atuação

Juliana e Luís

Local: Sala de aula



Programação 27/10

8h às 9h30

Mesa Semana de Psicologia:
Inclusão, capacitismo e ageísmo
na escola e nas organizações

Profª Drª Ana Paula Lima Barbosa
Psicóloga Tatiana da Silva Oliveira
Mediação Profª Áurea Júlia

Local: Auditório Sede

8h às 9h30

Palestra: O olhar do patrimônio

Prof. Flávio Gondim

Local: Sala de aula

8h às 12h

Minicurso: Orçamento de obras com
uso do BIM

Prof. Ana Cecília Vasconcelos
Prof. Marcondes Araújo Lima

Local: Sala de aula

9h às 11h

Cartunista Guabiras

Local: Hall da entrada

Todo o dia

Feira do Livro

Local: Hall Biblioteca

9h às 11h

**Minicurso Plano de negócios
no CANVAS.**

Marcos Aurélio Alves

Local: Sala de aula

9h30 às 10h30

Abertura da Semana do Direito

Local: Auditório Sede

10h às 11h30

**Apresentação de Trabalhos
Semana da Psicologia**

Local: Sala de aula

10h às 11h30

**Palestra Patrimônio e Sustenta-
bilidade: Casas Cearenses**

Ana Cecília Vasconcelos
Marcondes Araújo Lima

Local: Sala de aula

10h45 às 11h45

**Palestra Direito no Metaverso:
inovação em perspectiva**

Dr. Bruno Teixeira

Local: Auditório Sede



IntegraFAS

Programação 27/10

16h às 17h

Minicurso: O plantão como espaço de garantia de direitos

Profa. Dra. Jurema Dantas -
Universidade Federal do Ceará

Local: Sala de aula

18h40 às 19h

Mesa de abertura da Semana de Engenharia Civil e Arquitetura e Urbanismo

Local: Auditório sede

19h às 20h

Palestra Sinduscon Jovem:
Diferentes atuações de sustentabilidade no mercado

Leonardo Tavares

Local: Auditório sede

19h às 20h

Apresentação dos Trabalhos Científicos

Local: Salas de aula 1 e 2

20h20 às 21h50

Oficina de Biodança

Carolina Melo

Local: Ginásio

20h20 às 21h50

Oficina de Arte Terapia

Prof^a Karine Lima Verde Pessoa

Local: Sala de Aula

20h20 às 21h50

Mini-curso: Luto como direito fundamental

Prof. Ms. Isabel Cardoso
Prof. Leonardo Arashiro

Local: Sala de Aula

20h20 às 21h50

Palestra: Planejamento financeiro para pequenos investidores

Thayna Colquhoun

Local: Sala de Aula

20h30 às 21h30

Palestra: Instrumentos de Tecnologia do Ministério Público no combate à corrupção

Prof. Igor Pinheiro

Local: Auditório sede



IntegraFAS

Programação 28/10

8h às 12h

Visita Técnica à Aço Cearense

Local: Externo

8h às 9h30

Mesa da Semana de Psicologia: A Psicologia e seus atravessamentos com as questões de gênero e sexualidade.

Psicólogo Norberto Mesquita.
Profª Drª Lorena Brito da Silva

Local: Auditório Sede

8h às 9h30

Palestra: Iluminação aplicada na arquitetura de interiores

Cindy Palmeira

Local: Sala de aula

9h30 às 10h30

Palestra Compliance e Governança Corporativa: o papel do advogado na inovação jurídica

Dra. Jamille Mota

Local: Auditório Sede

10h às 11h30

Palestra: Arquitetura comercial interiores

Cindy Palmeira

Local: Sala de aula

9h às 12h

Oficina: Movimentar a Si - a dança e o movimento como expressão da vida interior

Maria Helena Benevides Pessoa

Atividade Online

10h às 11h30

Oficina: Uma prática de autocuidado através do Yoga

Prof. Vaneska Meyer

Local: Sala de aula

10h às 11h30

Oficina: Racismo, uma questão para a Psicologia

Psicóloga Esp. Geovana Dara Pereira de Oliveira

Local: Sala de aula

10h45 às 11h45

Mesa redonda: Inovação na produção de conteúdo jurídico

Prof. Dr. Rafael Mota
Prof. Me. Eugênio Ximenes
Prof. Me. Francisco Sales Martins

Local: Auditório Sede

Todo o dia

Feira do Livro

Local: Hall Biblioteca



IntegraFAS

Programação 28/10

16h às 17h30

Atividade Cultural - SARAU

Participação de discentes e docentes, incluindo exposição de desenhos e pinturas; música; poesia; etc.

18h30 às 19h30

Premiação dos Trabalhos Científicos

Prof. Ana Paula Lima e Prof. Sales

Local: Auditório Anexo

18h40 às 20h20

Palestra: Gestão BIM aplicada ao ciclo de vida de obras comerciais

João Medeiros

Local: Sala de aula

19h às 20h

Minicurso SEUMA

Camila Girão

Local: Laboratório 3

19h30 às 20h30

Encerramento da Semana de Direito | Mesa redonda: Formação jurídica para a carreira acadêmica de pesquisador e docente de Direito

Stephanie Cristina de Sousa
Levi Noleto Paiva
João Paulo de Carvalho Barbosa

Local: Auditório Sede

19h30 às 21h

Encerramento da Semana de Psicologia | Mesa redonda: Família na contemporaneidade: diversidade e inclusão

Psicóloga Adriana Gurjão
Psicólogo Thomás Borges Costa
Mediação: Prof. Drª Érika Nunes

Local: Auditório Sede

20h15 às 21h45

Mini-curso: MDF Projetos de Interiores

Arq. Diego Pinheiro e Iane Mowwad –
MDF FLORAPLAC

Local: Sala de Aula

20h40 às 22h

Palestra: Métodos não destrutivos de escavação – @elasnainfra

Lia Fontenele e Vanderlane Costa

Local: Sala de Aula

19h30 às 20h30

Oficina de Coco

Local: Ginásio

21h

Atividade Cultural Grupo Raízes Nordestina

Local: Hall da entrada



Programação 29/10

8h às 12h

ConstruDAY

Local: Pátio Interno FAS

8h às 12h

I Torneio Esportivo FAS

Local: Ginásio

Apresentação

Como forma de consolidar as atividades de natureza científica, artística e cultural desenvolvidas pelos que fazem essa comunidade acadêmica, a Faculdade Ari de Sá realizou o Integra FAS, evento que aconteceu nos dias 24 a 28 de outubro de 2022, e que se volta aos estudantes, docentes, colaboradores e à comunidade externa.

Regressando de um período turbulento que nos distanciou fisicamente, a pandemia da Covid-19, que não nos impediu de continuar, de modo remoto, compartilhando conhecimentos e experiências, regressamos às atividades acadêmicas presenciais, convergindo nossos esforços e reunindo-os num evento único que, por isso, será potente nas trocas de saberes entre nós e a comunidade maior na qual estamos inseridos.

Ao longo dessa semana, portanto, foram realizadas as seguintes atividades:

- II Semana da Comunidade FAS;
- IV Semana do Curso de Direito;
- VIII Semana do Curso de Engenharia Civil;
- VI Semana do Curso de Psicologia;
- IV Semana do Curso;
- Feira de atividades Artísticas e Culturais;
- I Torneio Esportivo FAS.

Foram dias de intensas trocas de saberes, diálogos e aprendizados, concretizados através das mesas redondas, palestras, oficinas e apresentações culturais e outros. O torneio esportivo proporcionou momentos de interação e celebração entre a comunidade acadêmica, destacando a potência do esporte na promoção do bem-estar e fortalecimento dos laços sociais. Agradecemos a todos que contribuíram para a realização do Integra FAS.

Comissão organizadora.

ATIVISMO JUDICIAL E O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: UM ESTUDO DE CASO DA ADI Nº 6.341

FIÚZA, Renata Araújo
RUIZ, Vania Gabryella Gonçalves

rearfiuza@gmail.com.br
Faculdade Ari de Sá - FAS

RESUMO

No contexto da pandemia da Covid-19, foi aprovado o PL n. 23/2020, depois convertido na Lei n. 13.979/2020, prescrevendo, dentre outros, a quarentena e o isolamento social. Essa lei foi alterada, posteriormente, por meio de Medida Provisória, a qual foi objeto da ADI nº 6.431. Na qual foram arguidas as teses de inconstitucionalidade formal, por cooperação em saúde pública ser tema reservado à lei complementar; e de inconstitucionalidade material, por subtração de competência administrativa da União. Em sede liminar, o STF decidiu pelo seu deferimento parcial, tornando explícitas, no campo pedagógico, as competências concorrente e comum dos entes da federação. Deste modo, o presente estudo se justifica tendo em vista a importância de se compreender o fenômeno do ativismo judicial, bem como sua possível expressão em decisões nas quais o tribunal maior tenha atuado com repercussão para toda a sociedade. Ademais, trata de matéria extremamente atual e que afetou toda a sociedade de forma direta e sem precedentes, no tocante ao contexto mundial da pandemia do Coronavírus. A metodologia do presente estudo é de pesquisa explicativa, explorando o conceito de ativismo judicial e seus efeitos no estudo de caso da ADI nº 6.431, de modo a identificar sua possível ocorrência e aprofundar o conhecimento desse fenômeno. O ativismo judicial foi inicialmente contemplado pela doutrina americana, demarcando a ampla e intensa participação do poder judiciário nas questões políticas. No Brasil, o ativismo estruturou-se de forma a combater a inação dos demais poderes, mitigando a síndrome de inefetividade das normas constitucionais. Dentre as decisões do STF, identificadas como ativistas por sua grande repercussão social, tem-se a decisão da ADI n.º 6.341, objeto do presente estudo. Deste modo, para fins de análise dessa decisão, adotou-se o entendimento doutrinário de Barroso acerca do termo, informando que a postura ativista se manifesta, dentre outras: pela aplicação direta da Constituição a situações não expressamente contempladas em seu texto; pela declaração de inconstitucionalidade de atos normativos emanados do legislador, com base em critérios menos rígidos que os de violação da Constituição; e pela imposição de condutas ou de abstenções ao Poder Público em matéria de políticas públicas. Nesta trilha, tem-se, que essa decisão não foi propriamente ativista, pois tratou de tema constitucional exposto, atinente a critérios rígidos de competência federativa. Ademais, o acórdão não determinou imposição ou abstenção aos Poderes Públicos, apenas tornou explícitas, no campo pedagógico, as competências concorrente e comum de todos os entes em matéria de Saúde Pública. Deste modo, embora a decisão do STF na ADI nº 6.341 não tenha sido propriamente ativista, perpassou inevitavelmente por todo um contexto político e social de conflito inter federativo, desinformação e polarização política, o que por si só tornou dificultosa sua atuação nessa temática. Por fim, aponta-se para a perspectiva de que os conflitos políticos podem ter influenciado na percepção crítica da população acerca do papel da Corte, de modo a acentuar a

importância do estudo contínuo do ativismo judicial e sua possível ocorrência em decisões dessa magnitude no futuro.

REFERÊNCIAS

ABBOUD, Georges; SCAVUZZI, Maira; FERNANDES, Ricardo Yamin. **Atuação do STF na pandemia do COVID-19. Fine Line entre aplicação da Constituição Federal e Ativismo Judicial.** Revista dos Tribunais | vol. 1020/2020 | Out / 2020 DTR\2020\11413. Disponível em:
<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/CEJUR%20-%20PGM/CEJUR%20Clipping/10%C2%AA%20Edi%C3%A7%C3%A3o/artigos/2.pdf>

BARROSO, Luís Roberto. Judicialização, Ativismo Judicial e Legitimidade Democrática. **Rev. (Syn)thesis.** Rio de Janeiro/RJ, 2008. Disponível em:
https://www.direitofranca.br/direitonovo/FKCEimagens/file/ArtigoBarroso_para_Selecao.pdf.

_____. **O controle de constitucionalidade no direito brasileiro.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

FARIA, Maria da Glória. Nota sobre a ADI nº 6.341. Fixação de interpretação da competência concorrente entre os entes sobre saúde pública. **Revista Jurídica de Seguros.** Maio de 2020. Disponível em:
https://www.editoraroncarati.com.br/v2/phocadownload/RJS_12_gloria_faria.pdf.

GÂNDARA, Luma Gomes e SCIARINI, João Carlos Fazano. Ativismo Judicial e seus limites frente à Constituição. **Revista Brasileira de Teoria Constitucional** | e-ISSN: 2525-961X | Salvador | v. 4 | n. 1 | p. 1 – 19 | Jan/Jun. 2018. Disponível em:
<https://www.indexlaw.org/index.php/teoriaconstitucional/article/view/3993>.

GIOVANELLA, Ligia; MEDINA, Maria Guadalupe, AQUINO, Rosana; BOUSQUAT, Aylene. Negacionismo, desdém e mortes: notas sobre a atuação criminosa do governo federal brasileiro no enfrentamento da Covid-19. **A SAÚDE DEBATE** | RIO DE JANEIRO, V. 44, N. 126, P. 895-901, JUL-SET 2020.

LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. Judiciário versus executivo/legislativo: o dilema da efetivação dos direitos fundamentais numa democracia. **Pensar**, Fortaleza, v. 11, p. 185-191, fev. 2006.

RAMOS, Paulo Roberto Barbosa; OLIVEIRA JUNIOR, Jorge Ferraz de. Características do ativismo judicial nos Estados Unidos e no Brasil: um breve histórico do ativismo judicial na Suprema Corte Norte-Americana e um paralelo com o recente ativismo judicial da Suprema Corte brasileira. **Revista de informação legislativa**, v. 51, n. 204, p. 25-42, out./dez. 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Relações Interfederativas no Contexto da COVID-19: o Papel de cada Ente Federado e seu Desempenho.** Coleção COVID-19, v.3, p. 16, 2021. Supremo Tribunal Federal. **ADI nº 6.341 Medida Cautelar, Origem: DF – Distrito Federal.** Relator: Ministro André Mendonça. Disponível em:
<https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5880765>

O PAPEL DO OFICIAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ NA EFETIVIDADE PROCESSUAL

MAIA, Eulália Maria Conrado
BARBOSA, Ana Paula Lima

eulalia.maia@aridesa.com.br
Faculdade Ari de Sá - FAS

RESUMO

O presente estudo se destina a investigar o papel do Oficial de Justiça no Estado do Ceará na consecução da efetividade do procedimento judicial. Este resulta da pesquisa de conclusão do curso de Direito, atualmente em andamento. Verifica-se que as normas jurídicas brasileiras têm passado por profundas transformações, principalmente, desde o advento da promulgação da Constituição Federal de 1988. Em meio a essas mudanças, nota-se que uma das maiores preocupações da nova ordem constitucional tem sido dar efetividade à atividade judicial de maneira ampla. Levando-se em consideração os resultados práticos do reconhecimento do direito que o jurisdicionado pretende alcançar, ou seja, os resultados da tutela jurisdicional no plano material, observa-se, nesse contexto, o princípio da efetividade do processo. Nessa perspectiva, pode-se relatar que um dos principais profissionais responsáveis pelo andamento das decisões judiciais é o Oficial de Justiça, encarregado pelos atos de comunicação no início do processo e por seu final, por meio dos atos executórios (ANDRADE, 2012). Revela-se, através de sua fé pública, idôneo à execução processual, sendo considerado “os olhos do juiz” fora do gabinete de vara, pois é por meio do Oficial de Justiça que o magistrado consegue dar continuidade ao andamento do processo. Nesse contexto, infere-se que o ordenamento jurídico confirma a importância do Oficial de Justiça, mostrando-se como profissional essencial, inclusive diante do progresso das tecnologias da informação e comunicação no meio jurídico (ANUNCIÇÃO, 2015). O objetivo geral que guia o presente estudo é: Investigar o papel desempenhado pelo Oficial de Justiça do Estado do Ceará no tocante à consecução da efetividade processual. Os objetivos específicos são: i) identificar os atos prestados pelo Oficial de Justiça à luz do ordenamento jurídico brasileiro; ii) avaliar as funções analisadas, levando-se em consideração o avanço tecnológico nos serviços de automação judiciária, alinhados ao gerencialismo da tecnologia implantada; iii) descrever as dificuldades enfrentadas pelo Oficial de Justiça no cumprimento do seu dever. A metodologia da presente pesquisa deu-se por meio de uma abordagem qualitativa, para se viabilizar o cumprimento dos referidos objetivos sobre a atuação do Oficial de Justiça no que diz respeito à sua contribuição à efetividade judicial. Contudo, o estudo se deu por meio de análise de natureza empírica, acessando-se dados numéricos e sujeitos pertencentes à realidade objetiva da Justiça cearense. Ainda, procede-se à pesquisa bibliográfica e documental, as quais servirão de suporte para a realização das análises necessárias à consecução dos objetivos propostos. O avanço da tecnologia nos serviços de automação e o acesso ao Judiciário trouxe à tona a questão da necessidade das funções desempenhadas pelo Oficial de Justiça no andamento processual, principalmente, através do surgimento de processos eletrônicos, em que os autos são consultados digitalmente, não havendo a necessidade da existência do processo físico (ANUNCIÇÃO, 2015). No entanto, torna-se importante mencionar que para o adequado andamento dos processos são necessários, dentre outros mecanismos, a observância da lei e a dedicação do Oficial de Justiça, que deve praticar os atos em boa ordem e com bom senso, pois dessa forma o

Judiciário passa a cumprir seu importante papel na sociedade (SILVA, 2002). O Oficial de Justiça, nesse contexto, torna-se o elo entre aqueles que clamam por Justiça e o Poder Judiciário, fazendo-se notar o importante papel assumido em meio à concretização das demandas dos jurisdicionados, sendo o responsável em traduzir os termos jurídicos que, em certas situações, não são entendidos pelas pessoas que não possuem formação jurídica (CARMO, 2015). Observa-se, assim, que o Oficial de Justiça, que sempre teve seu grande valor enquanto atividade-fim, atualmente ganha nova conotação, quando o profissional que estiver mais bem qualificado, obterá as melhores condições para gerir seu mister de forma tal que a efetividade de seus atos seja ascendente. Por essa razão, reafirma-se a relevância do presente estudo, objetivando contribuir para definir a importância do Oficial de Justiça, sendo considerado agente indispensável na efetividade processual, dando maior visibilidade às funções desempenhadas por este profissional que é considerado a linha de frente do Judiciário, assim como, mostrando aos futuros pesquisadores e à sociedade o seu verdadeiro labor.

Palavras-chave: Oficial de Justiça. Efetividade. Acesso à Justiça. Prestação Jurisdicional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Cristina de; DONATO, Fabiana Juvêncio. O Oficial de Justiça e a sua Importância na Prestação Jurisdicional. **Portal Jurídico Investidura**, Florianópolis/SC, 11 nov. 2012. Disponível em: <investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/processocivil/278424-o-oficial-de-justica-e-a-sua-importancia-na-prestacao-jurisdicional>. Acesso em: 10 de mar. 2022.

ANUNCIACÃO, Júnia Oliveira de. **A Justiça bate à porta: O Papel do Oficial de Justiça na Efetividade da Prestação Jurisdicional**. Dissertação. (Mestrado Profissional). Universidade Federal do Tocantins – Curso de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional em Direitos Humanos, 2015. 116f. Disponível em: <<http://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/113/1/J%20de%20Oliveira%20de%20Anuncia%20a%20Disserta%20a%20o.pdf>>. Acesso em 10 de mar. 2022.

CARMO, Jonathan Porto Galdino do; A Indispensabilidade da Atividade do Oficial de Justiça para o Novo Código de Processo Civil. **Revista Jus Navigandi**. 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/imprimir/42566/a-indispensabilidade-da-atividade-do-oficial-de-justica-para-o-novo-codigo-de-processo-civil>>. Acesso em: 10 de mar.2022.

SILVA, Aluísio Januário da. **O Oficial de Justiça: teoria e prática**. Ceará: Expressão Gráfica, 2002.

O PAPEL DO JUDICIÁRIO NA IMPLEMENTAÇÃO DO ACESSO À INFORMAÇÃO AMBIENTAL GARANTIDO NO ACORDO DE ESCAZÚ

LEITÃO, Rafaela Quariguasy Veras¹
MATTEI, Júlia²

RESUMO

O acesso à informação ambiental é garantido no Brasil ainda de forma insuficiente, principalmente em relação a grupos vulneráveis. Embora exista legislação que vise à implementação do acesso à informação, falhas podem ser observadas, como por exemplo, casos de ausência de relatórios sobre área de preservação ambiental (APA). Neste contexto, foi assinado pelo Brasil em 2018 o Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú - AE), ainda não ratificado. Diante disto, questiona-se como este Acordo se relaciona com o ordenamento interno e como pode ser implementado pelo Judiciário. O presente estudo tem, então, como objetivo geral analisar criticamente como a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Recurso Especial (RE) 1.857.089/MS, que trata da prestação insuficiente de informações ambientais sobre APA, implementa o direito à informação ambiental assegurado pelo Acordo de Escazú, estabelecendo o papel do Judiciário na proteção do acesso à informação ambiental. Para tanto foi realizada pesquisa qualitativa bibliográfica e documental de cunho exploratório, analisando-se a literatura especializada sobre direitos ambientais de participação, principalmente em obras de Sarlet e Fensterseifer, e sobre o Acordo de Escazú. Também foram analisados documentos legais e jurisprudenciais, como a Constituição Federal de 1988 (CF/88), legislação sobre acesso à informação, o Acordo de Escazú e o RE 1.857.098/MS do STJ. O estudo verificou que o acesso à informação ambiental é considerado um direito fundamental não só pela essencialidade da informação ambiental para a concretização da participação popular no Estado Democrático de Direito, mas por ser corolário do direito à informação do art. 5º, XIV da CF/88 e do art. 225, §1º, VI, da CF/88, que traz como dever do Estado a educação ambiental e a conscientização pública para a preservação ambiental. A regulamentação deste dispositivo se deu principalmente com a Lei 10.650/2003, que dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos públicos ambientais e com a edição da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), que estabeleceu, de forma geral, que todos os órgãos públicos são obrigados a emitir relatórios, publicizar dados e estatísticas. O estudo traz como resultado ainda que, embora o acesso à informação ambiental já estivesse previsto na Declaração do Rio (1992), o Brasil assinou o Acordo de Escazú com a América Latina e o Caribe, ampliando o acesso à informação, a participação popular e o acesso à justiça. Nesse sentido, o AE visa a democratizar e tornar acessível, principalmente para a população em estado de vulnerabilidade socioambiental, as informações de caráter ambiental relevantes para uma melhor qualidade de vida e maior preservação ecológica. A análise do RE 1.857.098/MS/STJ é exemplo da possível aplicação do Acordo de Escazú, quando este for ratificado pelo país. A ação originária foi ajuizada, pois a APA do Lajeado em Campo Grande/MS não cumpria o plano de manejo, não disponibilizava relatórios e não era

¹ Graduanda em Direito na Universidade de Fortaleza.

² Professora doutora do mestrado profissional em Direito e Gestão de Conflitos e do curso de Direito da graduação da Universidade de Fortaleza.

averbada nos registros de imóveis. Em acórdão, o STJ estabeleceu teses que se relacionam ao AE. O tribunal estabeleceu que o ordenamento brasileiro compreende as transparências ativa, passiva e reativa em matéria ambiental, ao passo que o AE apresenta o direito à informação ambiental também como uma “via de mão dupla”: ele garante tanto o direito de solicitar quanto o de receber informações, determinando medidas que viabilizam a requisição de informações, principalmente para pessoas em situação de vulnerabilidade. Outra tese estipulada foi a de que é possível a averbação facultativa de informações ambientais sobre o imóvel rural, como é o caso de este estar em área de preservação ambiental, já que esta averbação não é vedada pela legislação. Embora o Acordo de Escazú não trate especificamente da averbação, entende-se que o mesmo fomenta todas as formas e possibilidades de dar maior transparência sobre situações ecologicamente relevantes. Os fundamentos para decisão do caso no STJ são fortalecidos pelo AE, na medida que este traz disposições mais rigorosas e detalhadas sobre direitos e deveres de informação ambiental do que as Leis de Informações Ambientais de Acesso à Informação. Desta forma, o AE corrobora e firma a essencialidade, por exemplo, da emissão de relatórios, objeto da ação em questão. Por fim, o estudo conclui que o Acordo de Escazú fortalece as garantias de acesso à informação ambiental do Direito brasileiro e que as teses estabelecidas pelo STJ no acórdão analisado implementam os princípios contidos no instrumento no que tange ao direito à informação ambiental. Nesse sentido, observou-se que o Judiciário, como parte do Poder Público, tem um papel fundamental na missão de garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, garantindo a implementação e o rigor das leis já criadas, interpretando-as e esclarecendo seu conteúdo e forma, promovendo um acesso mais amplo à informação ambiental.

LIMITES DA LIBERDADE SINDICAL NO SEGMENTO DOS ENTREGADORES DE APLICATIVO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO “BREQUE DOS APP”

GOMES, Larisse Viana
RUIZ, Vania Gabryella Gonçalves

Faculdade Ari de Sá

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar os novos movimentos coletivos de entregadores de aplicativos organizados através do “Breque dos App” e os limites dessa nova forma de organização diante da garantia constitucional da Liberdade Sindical. A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica, alicerçada em referências teóricas de materiais já publicados, como o conteúdo do referencial preliminar somado a artigos científicos, livros, textos jurídicos, notícias de jornais, entre outros, que tenham relevância e narrações sobre a temática. Com os resultados obtidos é possível verificar alguns mecanismos de intervenção estatal nos sindicatos que se apresentam como óbice para garantir juridicamente a efetivação de um modelo de organização coletiva que possa abranger e abarcar os entregadores de aplicativo. O “Breque” foi a primeira grande mobilização nacional dos entregadores de aplicativos e refletiu diversos elementos distintos da suspensão das atividades laborais realizadas por meio das entidades de classe nos moldes estabelecidos pela CLT. A começar, teve-se uma diversidade de formas organizativas, isto é, os entregadores se organizaram, principalmente, por meio de coletivos, a exemplo do Movimento de Entregadores Antifascista e a Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil – AMABR, diferenciando-se, assim, da inserção dos trabalhadores nos sindicatos quando realizam paralisações organizadas pelas categorias. Diante da ausência de legislação pátria que compreenda a diversidade de arranjos que permeiam a organização desse segmento operariado, os entregadores de aplicativos encontram óbice para viabilizar um canal que enseje a negociação coletiva e que traduza as reivindicações frente às plataformas em garantias e direitos constituídos, haja vista não se inserirem nas organizações formais centradas nos sindicatos. Desse modo, a presente pesquisa pretende examinar quais os limites e as possibilidades dessa categoria ser abrangida pela garantia constitucional da liberdade sindical. A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa se dá por levantamentos bibliográficos com alicerce em artigos científicos, pesquisas e livros que abordem a temática, ou seja, por um viés qualitativo. A uberização do trabalho se sustenta em dois pilares fundamentais: os aplicativos, que vêm sendo reconhecidos como vetores das novas formas de organização do trabalho (alicerçados por meio das novas tecnologias da informação e comunicação) e os preceitos neoliberais que norteiam a economia e as relações de trabalho (ABÍLIO, 2019, p.2). Essa nova forma de organização do trabalho também é derivada da nova fase das relações de trabalho marcada pela “Revolução 4.0”, onde a noção de coletividade entre os trabalhadores se dissipa ao mesmo tempo que cria uma concorrência virtual, em que o trabalhador não tem mais tempo para reuniões e assembleias sindicais (LIMA, 2020, p.390). Diante das dificuldades das dificuldades da organização coletiva dessa fração operária, o “breque dos apps” nasceu como o primeiro movimento coletivo de caráter nacional dos trabalhadores de aplicativos. Ocorrido em julho de 2020, em meados da eclosão da pandemia da covid-19, os entregadores tinham o objetivo de parar as

entregas por *delivery* que se tornou mais recorrente no contexto de isolamento social. Para tanto, surge a necessidade de visualizar e verificar se esse movimento coletivo organizado pelos entregadores de aplicativo pode ser abrangido pela liberdade Sindical. O Brasil adotou um modelo de organização sindical pautado pelo controle estatal pleno, onde preponderou as características corporativas intervencionistas, ratificadas pela Constituição de 1934 e pelo Estado Novo com a Constituição de 1937 e o Decreto-Lei n. 1.402 de 1939. Desse modo, a partir de década de 1940, a legislação pátria dentro da lógica corporativa passou a regulamentar os requisitos vinculados a unicidade e à base territorial (HAZAN, 2019, p.21). Desse modo, mesmo com a presença de normas direcionadas à garantia da plena liberdade na formação de organizações de representação laboral, o modelo democrático inaugurado com a Constituição de 1988 preservou o aspecto interventor e corporativista do estado brasileiro nas organizações sindicais. Ao que tudo indica, a Constituição de 1988 pretendeu instituir no Brasil um sindicato do tipo “defesa de classe”, tanto que proclamou a autonomia sindical (artigo 8º, inciso I); todavia, preservou o sindicato do “tipo corporativo”, porque manteve expressamente a unicidade e a sindicalização por categoria (artigo 8º, incisos II, III e IV); implicitamente, conservou o enquadramento. Desse modo, diante da diversidade no interior dos trabalhadores uberizados, um único sindicato legitimado a representar a categoria coletivamente poderiam ter condão para dificultar a ação coletiva desse segmento que não visualizam mais nos sindicatos meios efetivos para garantir a suas representações (OLIVEIRA, CARELLI, GRILLO, 2020, p. 2611). Outro elemento que pode dificultar a organização sindical dos entregadores de aplicativos no interior das plataformas digitais é o conceito de categoria profissional para fins de sindicalização (art. 511, CLT). Sendo um segmento que ainda não possui legislação que possa regulamentar sua atuação e não ter uma categoria econômica dos empregadores em face da ocultação da ação das empresas na gestão e no controle do trabalho nos aplicativos, esse conceito apresenta óbice a sindicalização dos entregadores de aplicativos. Com base no exposto, pode-se perceber que existem diversos limites impostos no que se refere à garantia da liberdade sindical aos entregadores de aplicativos, como a unicidade sindical e o conceito de categoria profissional. Desse modo, visualiza-se uma lacuna legislativa no contexto do conjunto das novas formas de organização do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. “Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado”. **Psicoperspectivas**, vol. 18, n. 3, novembro 2019, p. 1-11.

HAZAN, Bruno Ferraz. A incompatibilidade do modelo de unicidade sindical a partir da incorporação brasileira dos parâmetros da liberdade sindical. **Revista Direito & Desenvolvimento da Unicatólica**, [S.l.], v. 2, n. 1, jul. 2019. p.21.

LIMA, Francisco Gérson Marques de. **Tecnologias e o futuro dos sindicatos, p. 387 - 402. O futuro do trabalho: os efeitos da revolução digital na sociedade**. Distrito Federal: Escola Superior do Ministério Público da União, 2020.

OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio; CARELLI, Rodrigo de Lacerda; GRILLO, Sayonara. “Conceito e crítica das plataformas digitais de trabalho”. **Revista Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, 2020.

A ATUAÇÃO DO DECON NO CEARÁ, DESDE A CONCILIAÇÃO DE CONFLITOS À APLICAÇÃO DE MULTAS ADMINISTRATIVAS: A DESTINAÇÃO DAS MULTAS GERANDO IMPACTO SOCIAL E ECONÔMICO NA SOCIEDADE

RAMOS, Sofia Passos
BARBOSA, Ana Paula Lima

sofiapassosramos@gmail.com
Faculdade Ari de Sá – FAS

RESUMO

Introdução. Este trabalho objetiva analisar a atuação do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Decon-CE), conhecendo o funcionamento do órgão, destacando a função de conciliação de conflitos como o início do procedimento que poderá ensejar a aplicação de multas administrativas (CDC, 1990), bem como conhecer o impacto social e econômico gerado no Estado do Ceará decorrente das referidas multas em face de empresas infratoras. O estudo resulta da pesquisa de conclusão do curso de Direito, atualmente em andamento. A problemática apresenta-se ao questionar a destinação dada aos valores pecuniários arrecadados pelo Decon-CE, resultantes do pagamento das multas administrativas, demonstrando a efetividade do órgão em sua função fiscalizatória. Justifica-se o presente estudo vez que há uma enorme relevância social na atuação do Decon-CE, não só para os consumidores que procuram o órgão em busca de solução para suas demandas, como também para a sociedade cearense, a qual pode usufruir dos benefícios gerados oriundos da arrecadação das multas administrativas, aplicadas como forma de sanção às empresas infratoras. A pesquisa tem por objetivo geral compreender a atuação do Decon-CE enquanto órgão de conciliação a fim de compreender o impacto financeiro para o estado do Ceará decorrente das multas administrativas pagas pelas empresas infratoras. E, como objetivos específicos, apresentam-se os seguintes: i) conhecer o funcionamento do Decon-CE enquanto instituição conciliatória, em busca de solução para as demandas administrativas dos consumidores cearenses (DECON, 2022); ii) entender a atuação do Decon-CE enquanto órgão fiscalizatório ante as empresas infratoras; iii) compreender como as multas aplicadas pelo órgão são revestidas para estado do Ceará. **Metodologia.** A pesquisa assume a abordagem qualitativa, sendo exploratória e realizada no Decon-CE, notadamente considerando os processos administrativos daquele órgão, através de coleta de dados estatísticos e documentais, bem de dados obtidos por meio de entrevistas. Foram ainda coletados dados sobre o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará (FDID), localizado na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Ceará. Os dados coletados serão interpretados com base em fundamentação teórica, tendo como alicerces essenciais o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) e legislação correlata, a Constituição Federal de 1988, doutrina e estudos jurídicos pertinentes. O processo de pesquisa foi determinado pela pergunta que o orientou o presente estudo, nos seguintes termos: Qual impacto social e financeiro do Decon-CE no Estado do Ceará? Assim, o caso da presente investigação pode ser expresso nos seguintes termos: a aplicação das multas administrativas pelo Decon-CE em empresas infratoras em casos de relações de consumo. A coleta de dados foi dividida em três etapas: i) identificação das reclamações e conciliações, realizada através do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec) e

relatórios estatísticos anuais do Setor de Conciliação; ii) apuração anual das multas, realizada através de planilhas da Secretaria-Executiva do Decon-CE; e iii) projetos beneficiados pelos resultados das multas administrativas, realizada no site do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará (FDID). **Resultados e Discussão.** A pesquisa evidenciou que a destinação dos valores arrecadados a título de multas aplicadas pelo Decon-CE, a qual é feita pelo FDID se dá por meio de edital público, quando diversas instituições são contempladas, através de projetos apresentados por órgãos da administração pública direta ou indireta, de âmbito federal, estadual e municipal, além de organizações da sociedade civil (FDID, 2022). Os recursos do FDID resultam de sanções, como por exemplo, as multas administrativas aplicadas pelo Decon-CE, por meio de processos administrativos, bem como de multas judiciais consequente de Ações Cíveis Públicas que tenham por objeto a proteção de todos os direitos difusos, para além da defesa do consumidor. **Considerações Finais.** Os recursos têm como prioridade ser aplicados na reparação do bem lesado. Podem, ainda, ser utilizados para promover eventos educativos ou científicos, na edição de materiais informativos e na modernização administrativa dos órgãos públicos, os quais são responsáveis pela execução das políticas relacionadas à legislação.

Palavras-chave: DECON/CE. Conciliação. Infrações administrativas. Multas administrativas. FDID.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor.** Lei nº 8.079, de 11 de setembro de 1990. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm> Acesso em: 25 mar. 2022
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm> Acesso em: 09 abr. 2022.
- BRITTO, Igor Rodrigues; SANTOS, Ricardo Goretti. O papel do Procon na defesa qualificada dos interesses dos consumidores: o acesso à justiça e os métodos alternativos de resolução de conflitos de consumo. **Revista Eletrônica de Direito Processual – REDP.** Volume IV, UERJ, 2017. Disponível em:
<<http://191.252.194.60:8080/bitstream/fdv/1126/1/GORETTI%20-%20O%20papel%20do%20PROCON%20na%20defesa%20qualificada%20dos%20interesses%20dos%20consumidores.pdf>> Acesso em: 21 de mai. 2022.
- CALMON, Petrônio. **Fundamentos da mediação e da conciliação.** Rio de Janeiro: Forense, 2008, p.144. Disponível em: https://juslaboris-hml.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/93792/2016_rev_tst_v082_n002.pdf?sequence=4&isAllowed=y#page=232. Acesso em: 22 mai. 2022.
- FEDEL, Ivone Rosana. **A destinação dos recursos do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará: óbice ao desenvolvimento e à reconstituição do meio ambiente?** Dissertação (Mestrado em Direito) – UNICHRITUS, Fortaleza, 2021. Disponível em:
<<https://unichristus.siteworks.com.br/jspui/bitstream/123456789/1166/1/IVONE%20ROSANA%20FEDEL.pdf>> Acesso em 22 mai. 2022

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ. **Ato Normativo nº 89/2020, de 17 de março de 2020 que institui o Teletrabalho.** Procuradoria-Geral de Justiça do MPCE. Disponível em: < <http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2020/03/Ato-Normativo-n%C2%BA-089-2020-Institui-o-Teletrabalho-2.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

_____. **Ato Normativo nº 115/2020, de 29 de junho de 2020 que regulamenta as Audiências Virtuais.** Procuradoria-Geral de Justiça do MPCE. Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2020/06/Ato-normativo-n%C2%BA-115-2020-regulamenta-as-audi%C3%AAs-virtuais-no-MPCE.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2022.

_____. **Corregedoria-Geral do MPCE.** Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/institucional/corregedoria-geral/recomendacoes/>>. Acesso em 23 mar. 2022

_____. **Fundo de Defesa dos Direitos Difusos do Estado do Ceará - FDID.** Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/fdid/>> Acesso em 22 mai. 2022

_____. **Junta Recursal do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor.** Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/institucional/jurdecon/>> Acesso em 22 mai. 2022

_____. **Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor** Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/decon/institucional/>. Acesso em: 25 mar. 2022

_____. **Regimento Interno do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor.** Disponível em http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2016/05/Regimento.Interno.do_Programa.Estadual.de_Protecao.e.Defesa.do_Consumidor-DECON-1.pdf Acesso em 25 de mar. 2022

NOGUEIRA, Paula Roberta Lopes. **Mecanismos de regulamentação e controle da publicidade infantil no Brasil.** Trabalho de Conclusão de Curso em Direito – UFC, Fortaleza. 2016, p.13. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/25454/1/2016_tcc_prlnogueira.pdf> Acesso em 22 mai. 2022.

SALOMÃO, João Felipe. **A prática da “defesa do consumidor”: intervenção do Procon em conflitos no mercado de consumo.** Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2011, p.20. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/sociologia-politica/wp-content/uploads/sites/9/2013/03/Pos_Sociologia_8835_1339012130.JO%c3%83O-FELIPE-TELES-DE-MENEZES-SALOM%c3%83O.pdf> Acesso em: 25 mar. 2022

SENNA, Isolete Eliane. **Direito do consumidor:** evolução histórica da defesa do consumidor. O aparecimento das primeiras manifestações e legislações. O direito do

consumidor na Constituição Federal (CF) de 1988. A posição atual e os avanços conseguidos. O direito à portabilidade. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito – UNISUL, Florianópolis. 2009, p.18. Disponível em:
<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/6812/1/98253_Isolete.pdf
> Acesso em 22 mai. 2022.

SODRÉ, Marcelo Gomes. **Formação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor**. São Paulo: RT, 2007, p.131

VENZON, Fábio Nesi. Fundo de Defesa de Direitos Difusos: descompasso com a garantia da tutela adequada e efetiva dos direitos coletivos. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, ano 16, n. 50, p. 125-146, jul./dez. 2017, p.125. Disponível em:
<https://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletimcientifico-n-50-julho-dezembro-2017/fundo-de-defesa-de-direitos-difusosdescompasso-com-a-garantia-da-tutela-adequada-e-efetiva-dos-direitoscoletivos/at_download/file_Fundo_de_Defesa_de_Direitos_Difusos.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2022.

O USO DE POÇOS ARTESIANOS NO INTERIOR

GABRIEL, Antony
MOURA, Carlos Dyogo Queiroz
ARAÚJO FILHO, Isaías Amorim de
OLIVEIRA, Lucas Lima de
MARTINS, Paulo Vinicius de Oliveira

RESUMO

O presente relatório se propõe a produzir um breve estudo sobre os poços artesianos no interior, primeiramente apresentando o funcionamento de um poço, suas características, suas classificações e legislações, secundamente, o dirigindo para o interior, observando suas funções sociais e econômicas, depois comentando sua importância e eficácia em lugares que devido à seca e ao isolamento geográfico da metrópole são mais escassos de água. O poço artesiano tem origem no século XII, mais precisamente de um poço de mesma categoria construído na cidade francesa de Artois ou Artésia, em 1126. O poço artesiano, que também pode ser chamado de poço jorrante, pois não necessita de bombas, pode ser definido como qualquer poço tubular profundo que visa a extração de água do solo, onde pode ser extraída do lençol freático ou de uma camada rochosa. O poço artesiano funciona de forma natural, não necessita de bombas para auxiliar seu funcionamento, diferente do poço semiartesiano que iremos comentar a seguir, entre suas principais características estão: o fato de ele ser autossustentável, de possuir uma água de ótima qualidade, de funcionar sem a necessidade de bombas, uma vez que a pressão da água é considerável razoável para a sua subida a superfície de forma natural, e de geralmente possuírem mais 60 metros. Os poços tubulares podem ser definidos entre poços artesianos e poços semiartesianos, a principal diferença entre os dois, como já comentamos, é que o poço semiartesiano necessita de bombas para seu funcionamento, enquanto o poço artesiano não precisa. Além dessa diferença existem outras tais como: a perfuração do solo; que para o poço semiartesiano é de 20 a 60 metros e para o poço artesiano é de 60 metros ou mais; e o local de extração da água; no poço artesiano acontece em lençóis freáticos e, por outro lado, nos poços semiartesianos acontece em uma camada superficial do solo, geralmente com água da chuva que é sujeita a secar em períodos de secas. Os poços artesianos devem obedecer a algumas regulamentações e antes das suas perfurações o local deve passar por avaliações e um mapeamento hidrogeológico que pode ser feita por uma equipe especializada através de pesquisas geofísicas e radiestesia. Além disso, essa obra de engenharia deve obedecer às normas 12212 e 12244 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e realizar os estudos técnicos exigidos pela legislação e registrados no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia). No interior o poço artesiano seria de grande utilidade, pois em períodos de seca, devido ao clima semiárido, há uma grande escassez de água e muitas famílias ficam à mercê de caminhões pipas governamentais ou privados. A princípio seria um desafio a construção do mesmo, pois regiões interioranas são geralmente de difícil acesso, porém após construídos os poços artesianos seriam de grande ajuda para o dia a dia da população local, podendo até ter sua água usada para consumo humano, evidentemente com os devidos cuidados e obedecendo a legislação. Os poços artesianos seriam de livre acesso para a comunidade, sendo usufruídos por todos e de responsabilidade de todos os cidadãos, dessa maneira, centenas de famílias seriam

beneficiadas com uma construção civil no interior. O início do estudo foi executado com a formação teórica sobre o tema, levantamos a tese de que um poço artesiano poderia causar impactos sociais e econômicas no interior, principalmente nos períodos de secas. Usamos a técnica metodológica da observação, primeiro observamos, isoladamente, os poços artesanais procurando saber seus conceitos técnicos e o seu funcionamento. Depois contemplamos o interior no período de seca, e constatamos que ele era carente de água, devido ao clima semiárido. Após tais análises, formulamos a hipótese de colocar os poços artesanais no interior, pois acreditávamos que ele iria ajudar a população local em suas atividades. Os poços artesanais podem contribuir para melhorar a qualidade de vida de muitas pessoas, principalmente em áreas com escassez de recursos hídricos, porém devem ser construídos de forma inteligente para que não venha a faltar água para as futuras gerações e para evitar a ocorrência de outros problemas, tais como: induzir o deslocamento de água contaminada proliferando doenças entre os seres humanos que utilizam dessa água; salinizar; provocar impactos negativos na biodiversidade e afundamento de terrenos; influenciar os níveis mínimos dos reservatórios ou até exaurir o aquífero explorado. Através de conversações em diversos momentos ao longo do projeto, discutimos a respeito de onde realizar a construção desses poços (cidade ou interiores onde a população está à mercê da boa vontade de seus políticos responsáveis por proporcionar água para essas famílias) e para quem seria direcionado (um empreendimento único, com o intuito de abastecer somente o mesmo, ou para uma comunidade, assim, facilitando o acesso a água potável para diversas famílias carentes de água para uso pessoal). De antemão, pensamos em fazer a construção desses poços para empreendimentos unifamiliar, no entanto, no decorrer das discussões observamos ser mais interessante construir esses poços tubulares visando comunidades carentes do sertão nordestino. Onde estes farão o abastecimento de diversas famílias do mesmo bairro – o poço seria acessível até mesmo a um bairro inteiro e seria feita a conscientização do uso consciente da água e de cuidados necessários para que este recurso limitado seja usado de forma ignorante. Após algumas pesquisas e consultas com mentes da área, chegamos a conclusão de que o melhor local para se construir esses poços realmente seria no sertão nordestino, invés de em cidades grandes, como Fortaleza. Essa conclusão averba-se pela carência das pessoas nordestinas de água potável, onde muitas famílias vivem com apenas 350 litros de água por semana, quando o mínimo recomendado pela Organização mundial da saúde (OMS) diz que o uso de água por dia de uma pessoa deve ser de 50 a 100 litros por dia. Os poços artesanais são alternativas para esse problema que afeta várias partes do mundo, pois faz-se a captação da água subterrânea através de uma perfuração de um aquífero. Apesar de prover o abastecimento humano pelo uso de poços artesanais, existem uma série de fatores que devem ser observados e respeitados para que os homens possam desfrutar dos recursos hídricos subterrâneos por muito tempo. Práticas sustentáveis e uso racional das reservas hídricas subterrâneas têm extrema importância para que se mantenha a boa qualidade das águas. A superexploração e a poluição das águas subterrâneas provocam uma série de prejuízos ao meio ambiente e aos homens. Assim, pode-se afirmar que os poços artesanais trazem benefícios aos seres humanos, mas se não forem usados de forma inteligente e consciente acarretam prejuízos ao meio ambiente e consequentemente, ao ser humano.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Norma nº 12.212**, de abril de 1992. Esta Norma fixa as condições exigíveis para a elaboração de projeto de poço para captação de água subter-rânea para abastecimento público. Disponível em:

NBR-12.212-Projeto-de-Poços-Para-Captação-de-aguas-Subterrâneas - Copyright © 1992, ABNT–Associação - Studocu. Acesso em: 22 nov. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. **Norma nº 12.244**, de abril de 1992. Esta Norma fixa as condições exigíveis para a elaboração de projeto de poço para captação de água subterrânea para abastecimento público. Disponível em: <https://idoc.pub/documents/nbr-12244-construcao-de-poco-para-captacao-de-agua-subterranea-d2nv79y079nk>. Acesso em: 22 nov. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS – ABAS. Sustentabilidade Socioambiental. **Revista Água e Meio Ambiente Subterrâneo**. Ano 3, n. 22. Jun. jul. 2022.

DIÁRIO DA AMAZÔNIA. **Exército finaliza construção de 300 poços artesanais no Nordeste**: A previsão inicial era perfurar 400 poços, foram perfurados 593, mas apenas 302 deram água potável.. Porto Velho - RO, 19 set. 2019. Disponível em: <https://www.diariodaamazonia.com.br/exercito-finaliza-construcao-de-300-pocos-artesianos-no-nordeste/>. Acesso em: 16 nov. 2022.

PERFURARTE. **O que é poço artesiano?** Quais as principais diferenças em relação ao semiartesiano? [S. l.], 27 jul. 2020. Disponível em: <https://www.perfurarte.com.br/post/o-que-e-poco-artesiano>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PIRES, Daniela. **Famílias do nordeste estão sem água!** [S. l.], 10 set. 2019. Disponível em: <https://institutolivres.org.br/familias-do-nordeste-estao-sem-agua/>. Acesso em: 5 dez. 2022.

RIBEIRO, Amarolina. **Poço artesiano**: Hidrografia. [S. l.], 7 ago. 2020. Disponível em: <https://www.infoescola.com/hidrografia/poco-artesiano/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

APLICAÇÃO DE UM FILTRO RESIDENCIAL PARA O APROVEITAMENTO DE ÁGUAS CINZAS

VIANA, Amanda
NASCIMENTO, Antônia Mariana Anastácio do
NERIS, Eduarda
BATISTA, Ingrid Lauanda de Sousa
DUARTE, João Guilherme Bastos
PINHEIRO, Paulo Víctor Gonçalves

RESUMO

A escassez hídrica é um problema de caráter mundial, sendo assim, é de suma importância que medidas que buscam o reuso de água sejam realizadas. Uma maneira de solução desse problema é o desenvolvimento e aplicação de métodos que realizam o tratamento de águas que já foram utilizadas, proporcionando o reuso das mesmas. Com essa concepção o presente trabalho buscou analisar a viabilidade da aplicação de um filtro que captasse águas cinzas, provenientes do ralo do banheiro, máquinas de lavar e pias do banheiro e conseguissem posteriormente serem reutilizadas com fins não potáveis como a irrigação de jardins, lavagem de carros e descarga de vasos sanitários. Entrevistas foram realizadas com o público-alvo, para definir se o método de utilização do filtro de reuso de águas seria aceito pelos donos das residências e como a utilização do mesmo traria tantos benefícios ao meio ambiente quanto no consumo de água de residência. A construção civil, um dos grandes motores da economia brasileira, muito contribui para a geração de emprego e renda no país, porém a mesma causa diversos impactos ambientais, desde o consumo desenfreado dos recursos naturais até os gastos excessivos com energia ou água, por exemplo. Desta maneira, devemos considerar as questões ambientais e éticas sustentáveis como um todo, mas, principalmente, quando esta estiver relacionada à área da Engenharia Civil, tendo o objetivo de amenizar a degradação da natureza e a reutilização de materiais ou recursos naturais. Portanto, é necessário dar ênfase, principalmente, no uso desenfreado da água neste setor, já que a construção civil utiliza 21% da água tratada no planeta. Segundo dados do US Green Building Council², de 2021, cada m² de uma construção absorve de 200 a 250 litros de água e para a produção de cada m³ de concreto, o material utilizado com mais frequência na construção, é necessário de 160 a 200 litros. A água é utilizada, também, como ferramenta nos trabalhos de limpeza, resfriamento e cura do concreto (NETO, 2008). Ademais, a água é um recurso indispensável para a existência da vida, porém apenas 3,5% de H₂O disponível no planeta é composto por água doce e própria para o consumo humano. Logo, a questão apresenta-se como um grande desafio ambiental e sanitário dos grandes centros urbanos, o que vem se intensificando cada vez mais, especialmente quando pensamos no abastecimento urbano de água potável. Segundo dados de um estudo do Instituto Trata Brasil³, feito a partir de dados públicos do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS),

² Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/05/31/quase-40percent-da-agua-potavel-no-brasil-e-desperdicada-aponta-levantamento-do-instituto-trata-brasil.ghtml>
Acesso em: 09/12/2022

³ Disponível em: <https://alcancejr.com.br/economizar-agua-na-construcao-civil/#:~:text=Cada%20m%C2%B2%20de%20uma%20constru%C3%A7%C3%A3o,%C3%A1gua%20C3%A9%20de%20extrema%20import%C3%A2ncia>
Acesso em: 09/12/2022

de 2019, o Brasil desperdiça 39,2% da porcentagem de água potável que é captada, ou seja, e a água não chega ao seu destino final: as residências dos brasileiros. Com o objetivo de assegurar para as próximas gerações a quantidade de água necessária, foi criada a Política Nacional de Recursos Hídricos, no ano de 1997, em forma da Lei N° 9.433, que se baseia principalmente na gestão dos recursos hídricos, sobretudo observando-se a carência em relação a práticas construtivas que incentivem o reuso de água. Sendo assim, devemos atentar com urgência para a questão do reuso de água cinzas em habitações. Água cinza pode ser definida como qualquer efluente gerado por uma residência, exceto esgoto sanitário. Os critérios para a prática do reuso devem ser baseados na proteção da saúde pública e no meio ambiente, ou seja, o sistema de reuso e reaproveitamento deve ser planejado, pois, de acordo com Souza (2008, p. 3), o estabelecimento de diretrizes para os programas de reuso depende de uma série de fatores, tais como: o conhecimento dos riscos associados às práticas; o tratamento dos efluentes, bem como sua eficiência e segurança; a disponibilidade e características dos efluentes disponíveis; experiência na promoção do reuso, que fornece subsídios para os estudos epidemiológicos; valores culturais; condições ambientais, econômicas e tecnológicas, entre outros. Uma alternativa viável é o reaproveitamento de águas pluviais, ação amplamente utilizado em países desenvolvidos, como Estados Unidos, Alemanha e Japão, que atuam nessa seara elaborando filtros, que poderiam armazenar a água cinza e as águas provenientes das chuvas. Esta investigação tem caráter qualitativo e exploratório, tendo sido desenvolvida através de um desenho metodológico que teve como base a pesquisa bibliográfica e documental, bem como a pesquisa de campo. A pesquisa bibliográfica estabelece majoritariamente no ambiente acadêmico, possuindo o objetivo de aperfeiçoamento dos conhecimentos existentes, por meio de uma revisão científica de artigos previamente publicados. Andrade (2010, p. 25) afirma que a pesquisa bibliográfica é: “A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas”. A pesquisa bibliográfica empreendida para esta investigação foi desenvolvida a partir das seguintes plataformas de bancos de dados: Google acadêmico e Scielo. Também foram selecionados estudos e resultados de importantes meios da construção civil e de sustentabilidade em geral, como por exemplo a base de dados informativos extraídos do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS) e US Green Building Council. Por fim, realizamos uma pesquisa de campo, utilizando a entrevista como instrumento de coleta de dados, com o objetivo de saber a opinião de cada entrevistado sobre a utilização dos filtros, ou seja, buscando compreender a demanda, a necessidade e o interesse de cada pessoa referente à implantação de um filtro residencial que vise o aproveitamento de águas cinzas. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas com algumas pessoas residentes do município de Canindé. Com o propósito de avaliar a aceitação e viabilidade para a implantação de um sistema de reuso de águas cinzas e pluviais, os entrevistados responderam as seguintes perguntas: Na sua casa costuma-se reutilizar água? Qual a sua opinião sobre a reutilização de águas cinzas e pluviais? Você se preocupa em ter uma utilização racional da água, com o objetivo de não haver desperdício? Você acha que os

gastos financeiros podem diminuir com a reutilização de água? O presente trabalho visa avaliar, ainda que hipoteticamente, Viabilidade de Implantação de Sistema de Reuso de Água de Reuso em Residências. Através de um filtro que seria adaptado para edificações de grande porte e residências habitacionais, visando atingir um elevado número de pessoas, existindo diferenças entre os mesmos como: o tamanho, os processos (já que o mais acessível teria etapas reduzidas) e as fases, porém, ambos iriam resultar em uma água reaproveitada que pode ser utilizada em: lavagem de pisos, automóveis, calçadas, irrigação, entre outras atividades, exceto o consumo humano e de animais. Dessa maneira o sistema de reutilização é composto por: filtro separador de sólidos, bomba de circulação, tanque de separação de misturas, filtro de areia e tanque para armazenagem. Com o propósito fundamental de amenizar o desperdício nas habitações e prédios. Em síntese, considerando tais fatos tão degradantes, o presente estudo propõe-se a fazer uma análise bibliográfica com a finalidade de observação e inspeção da viabilidade de utilização deste filtro em questão, para o reuso de águas cinzas em grandes e pequenas habitações residenciais, visando incentivar a aplicação de práticas sustentáveis na engenharia civil e no meio social. Trata-se de um estudo descritivo baseado em revisão bibliográfica sobre o tema em questão, incluindo artigos, teses e livro. A economia que o sistema proporcionará foi avaliada e seus custos de implantação e manutenção associados a isso. Ao sistema de reuso de águas cinzas pode-se citar os pontos onde todas essas águas estão localizadas fornecidas devem estar devidamente sinalizadas, preferencialmente com acesso restrito. no caso de torneiras de jardim, deve haver também um local para água potável para permitir Atividades que requerem água de melhor qualidade. Sendo assim deve-se enfatizar alguns locais para que lhes sejam delegadas as funções de supervisão e manutenção sobre o sistema, para que emitam alertas e conselhos sobre riscos hídricos. Os resultados das pesquisas foram aparentes, os entrevistados não possuem o costume de reutilizar a água de alguma maneira porém se mostraram abertos a testarem o processo de reuso com o filtro devido a economia que o mesmo pode proporcionar na conta de água, com isso foi mostrando que as pessoas entrevistadas se preocupam mais com a seu fator econômico do que com o propósito de sustentabilidade visado pelo projeto de reutilização de água, desse modo apontasse que com a utilização do sistema de reuso o consumo passa de 1737,69 para 1194,84 litros consumidos diariamente e uma economia de R\$ 514,85 (Gonçalves, 2018). A possibilidade de conservar um recurso que tende a se tornar cada vez mais precioso, o reuso de água surge atuando em dois aspectos: Instrumento para redução do consumo de água (controle de demanda) e recurso hídrico complementar. Rodrigues (2005). Não deve ser considerada apenas em termos econômicos no momento de reuso dos recursos hídricos, analisar o quanto essa prática pode ser benéfica para o meio ambiente é de suma importância. Sendo dessa forma, o presente artigo demonstrou não só como a aplicação do filtro como sistema de reuso de águas cinzas podem gerar benefícios financeiro, como buscar a abordagem de práticas que visam facilitar a disseminação de práticas que protejam os recursos hídricos e alcancem benefícios tanto aos usuários como a natureza, e movam a Engenharia rumo à sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BIOSFERA, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.7, N.13; 2011.

DE OLIVEIRA, Leandro Menezes; ALVES, Lais Amaral. Estudo sobre modalidades de reaproveitamento de águas pluviais e reúso de águas cinzas para uso residencial. **Boletim do Gerenciamento**, v. 13, n. 13, p. 10-20, 2020.

GONÇALVES, K. A., & SANTANA, L. D. S. **ESTUDO DA VIABILIDADE TÉCNICA E FINANCEIRA DO REAPROVEITAMENTO DE ÁGUA CINZA**. Goianésia, GO: 2018.

LISBOA JUNIOR, Rubens Martins; MARTINS, Márcia Viana. Dimensionamento de filtro de areia para tratamento de água cinza do bloco novo do IRN. **Revista Brasileira de Energias Renováveis**, v. 5, n. 3, p. 356-363, 2016.

RODRIGUES, R.S. **As Dimensões Legais e Institucionais de Reúso de Água no Brasil**: Proposta de Regulamentação do Reúso no Brasil, 2005. Dissertação.

SELLA, Marcelino Blacene. **Reuso de águas cinzas**: avaliação da viabilidade da implantação do sistema em residências. 2011.

CAMINHOS PARA INSERÇÃO DE EMPREENHIMENTO EFICIENTEMENTE ENERGÉTICO E SUSTENTÁVEL NA REGIÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

LIMA, Caio Alves de
ARAÚJO, Cristine Sampaio Gomes
LOPES, Joyce Maiara Brito
SILVA, Paulo Guilherme Rocha da

RESUMO

O desenvolvimento sustentável das cidades vem sendo discutido há anos, e uma das inovações estrategicamente aplicada à Construção Civil é a eficiência energética. A cada dia que passa os problemas ambientais vão sendo expandidos e tornando-se ainda mais preocupantes, o que catalisa novas atitudes para as questões ambientais. Uma amostra disso são as metas a cumprir da agenda da ONU, onde são apresentados pontos para, por fim, ser alcançada a sustentabilidade. De acordo com a literatura, a indústria da Construção Civil é responsável por cerca de 60% dos resíduos sólidos lançados nos centros urbanos brasileiros (ABRELPE, 2006), bem como tem em torno de 25% de desperdícios resultantes de seus processos construtivos; e dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) mostram que cerca de 7,5 mil unidades brasileiras são abastecidas por microgeração de energia fotovoltaica - isso representa um aumento de cerca de 300% em relação a 2015, quando o Brasil registrava apenas 1,8 mil dessas instalações. Com base nesses dados, foram criados diversos selos de sustentabilidade para edifícios, onde algumas empresas ganham destaques e até lucram mais por estarem de posse dessa certificação. Apesar da preocupação do Brasil em atingir ótimos fatores de coeficientes energéticos, os avanços obtidos em comparação aos outros países mostram que o país tem um longo caminho a percorrer. A legislação de Eficiência Energética (EE) está um pouco defasada, devido a crises internacionais do petróleo durante a década de 70, 80 e recentemente em 2001, o que retarda o avanço dessa normativa. No Nordeste, região litorânea do país, há uma das maiores bases energéticas do mundo. Cerca de 30% da energia eólica é responsável pelo abastecimento na região. Além do turismo, a região vem atraindo investimentos em usinas e energias alternativas, o que gera renda, empregos e contribui para diversificar a matriz energética brasileira. A cidade de Fortaleza tem em seu plano de ações governamentais o Plano Fortaleza 2040, que almeja, no referido ano, ser a: capital modelo do Brasil na eficiência energética, na qualidade do ar que aqui se respira e na baixa pegada de carbono, ofertando parcela relevante de sua demanda energética ao posicionar-se como referência nacional na geração distribuída e no aproveitamento energético de resíduos do município (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2022). Tendo em vista todos esses fatores apresentados, a equipe pensou em uma proposta de um empreendimento eficientemente energético e sustentável na nossa localidade, onde foi procurado definir meios para a concretização deste feito. Muito em breve, empreendimentos com essas características serão cada vez mais requisitados e necessários na nossa sociedade, e a Região Metropolitana de Fortaleza tem os meios para ter nela contidos tais empreendimentos de forma notória. O entendimento de certos conceitos foram o passo inicial nos métodos para elaboração do presente artigo. Trata-se dos conceitos de eficiência energética e de sustentabilidade. Podemos dizer que eficiência energética é atingir o melhor grau de utilização/aproveitamento de um equipamento ou construção, com o menor gasto possível de energia. Para chegar a esse ponto de equilíbrio deve ser aplicado um conjunto de ações e estratégias que buscam o aproveitamento

ótimo, evitando, assim, o alto consumo de energia proveniente das concessionárias. Acerca de sustentabilidade, esta possui um papel muito importante. Quando se trata de construção sustentável, tratamos de desenvolvimento sustentável em todos os seus aspectos, desde a fase de projetos, até a venda do imóvel. Segundo um dos autores consultados, ele nos afirma: “Uma gestão ambiental também se faz necessária, sendo uma questão de sobrevivência, tendo em vista que o meio ambiente é hoje parte do processo produtivo e não mais uma externalidade. Isto faz com que a variável ambiental esteja presente no planejamento das empresas por envolver a oportunidade de redução de custos, já que uma empresa poluente é, antes de tudo, uma entidade que desperdiça insumos e gasta mais para produzir menos. (WAGNER OLIVEIRA, ENGENHEIRO CIVIL). A metodologia aplicada para o artigo é baseada, principalmente, em pesquisas bibliográficas, tais como o IBEC (Instituto Brasileiro de Engenharia de Custos). Dessa maneira, nas pesquisas bibliográficas serão analisadas questões técnicas construtivas sustentáveis, com base na certificação “LEED” (sigla em inglês: Leadership in Energy and Environmental Design), através de seus critérios para se obter um empreendimento com baixos impactos ambientais, qualidade de vida para moradores e eficientemente energético. Assim, ficaremos cada vez mais próximos ao conceito de “Net Zero Energy”, isto é, um edifício que apresenta uma balança em equilíbrio entre energia consumida x energia produzida. Embasados nos fundamentos da certificação LEED, elaboramos uma lista de quais elementos que estão contidos nesse tipo de empreendimento em todas as suas etapas, desde a concepção à manutenção, e que apresentam uma melhor adaptabilidade para a cidade de Fortaleza e sua região metropolitana. No momento seguinte do artigo, analisaremos os empreendimentos presentes em Fortaleza que já adotaram as novas técnicas exigidas pela certificação LEED e apresentaram resultados na implantação de eficiência energética, além de mostrarmos como esses resultados apresentaram uma margem de lucro para empresários no setor da construção civil. Além disso, discorreremos de quais outras certificações estão presentes nas edificações eficientemente energéticas em Fortaleza. Em suma, a demonstração de todos esses dados, como citado anteriormente, será feita baseada em pesquisas bibliográficas de fontes técnicas. As particularidades de uma edificação eficientemente sustentável vão desde um bom desempenho térmico nos dias quentes e frios para os moradores do edifício, até a mínima emissão possível de carbono, usando o máximo possível de energia natural, além do uso das fontes renováveis de energia, como a energia fotovoltaica, que pode gerar o aquecimento da água e o abastecimento das áreas comuns do edifício com a finalidade de reduzir o consumo de energia, por exemplo. Entretanto, o conceito de um edifício sustentável vai além do uso da energia renovável, ou seja, é necessário haver um sistema integrado e harmônico com o ambiente. Para isto, podemos citar: o uso de jardins com a flora nativa e horta coletiva; a disposição de um estacionamento de bikes; o uso de materiais de origem vegetal (ou reciclados); a reciclagem e correto tratamento dos dejetos e resíduos, etc. A maior parte dessas características estão presentes nos cases de sucesso de “edifícios verdes”, que são aqueles com bons patamares de sustentabilidade e eficiência energética. Desses casos, podemos citar “Bs Design”, primeiro edifício do estado do Ceará a receber da U.S. Green Building Council o certificado LEED (em português: Liderança em Energia e Design Ambiental), que trata-se de um certificado reconhecido mundialmente. O empreendimento continha em suas características os seguintes aspectos da certificação: Eficiência no uso da água, energia e atmosfera (Uso eficiente de energia), Reciclagem e uso de produtos reciclados e a sua qualidade do ambiente interno. Consequentemente a isso, o empreendimento BS Design conquistou a certificação no nível LEED gold. Isso mostra-se de acordo com a

alegação de JUNIOR (2021, p. 799), que pondera que “o consumo e a gestão eficiente da água são um dos requisitos mais importantes para o desenvolvimento de edifícios verdes, especialmente para aqueles que buscam a constatação de uma certificação sustentável.”. O segundo edifício que foi analisado foi o *Greenlife 3 Residence*, da Idibra Participações. O Edifício *Greenlife 3* apresenta em seu sistema de infraestrutura um espaço reservado para a instalação de energia eólica e energia solar, em que o objetivo é uma redução nas contas de energia da concessionária para os moradores. O que cabe para a possibilidade de realização de um empreendimento dessas características é a aliança entre um bom planejamento e gerenciamento, um bom trabalho em equipe entre diretoria, engenheiros e arquitetos, e o foco no bem-estar do cliente e do meio ambiente. Essa aliança deve estar presente em todas as etapas do empreendimento, desde o projeto e execução até a manutenção. Trazendo um custo de implantação mais alto que um empreendimento comum, mas trazendo uma valorização na revenda muito superior, os empreendimentos eficientemente energéticos e sustentáveis são uma fonte de lucro para seus investidores. Boas práticas ambientais e sociais também otimizam a imagem corporativa de uma empresa. Para fins de comunicação com seus públicos, é possível fazer uso de ferramentas baseadas no marketing verde (SEVERIANO JUNIOR, 2021, p. 798). E a melhor parte a respeito desses empreendimentos é a sua parceria com o meio ambiente e a sociedade, algo que vai gerar um valor agregado muito maior com o passar dos anos.

REFERÊNCIAS

ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://abrelpe.org.br/panorama/>>. Acesso em: 14 Out. 2022.

IBEC. **7 maneiras de atingir a sustentabilidade na construção civil**. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://ibecensino.org.br/7-maneyras-de-atingir-a-sustentabilidade-na-construcao-civil/>>. Acesso em: 14 Nov. 22.

DEMAPE. Energy efficiency and its importance in your home or business. Disponível em: <<https://demape.com.br/eficiencia-energetica-em-sua-casa-ou-empresa/>>. Acesso em: 23 Nov. 2022.

DIAS, Philippe. **Construção de Edifícios Energeticamente Eficientes**: Comparação entre as Classificações Sustentáveis SBTOOL-PT e PROCEL Edifica. Instituto Superior de Engenharia do Porto. Disponível em: <https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/11139/1/DM_PhilipeCoto_2016_MEC.pdf>. Acesso em: 23 Nov. 2022.

FORTALEZA 2040. ENERGIAS RENOVÁVEIS EFICIÊNCIA ENERGÉTICA. Disponível em: <https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/eixos/4_Energia.pdf>. Acesso em: 24 Nov. 2022.

SEVERIANO JUNIOR, Wagner. Construção Verde: Emprego de Recursos Renováveis na Construção Civil. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 7, n. 7, p. 792-807, jul. 2021. Disponível em: <<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/1719>>. Acesso em: 14 Set. 2022.

REAPROVEITAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL COMO AGREGADO GRAÚDO EM CONCRETO

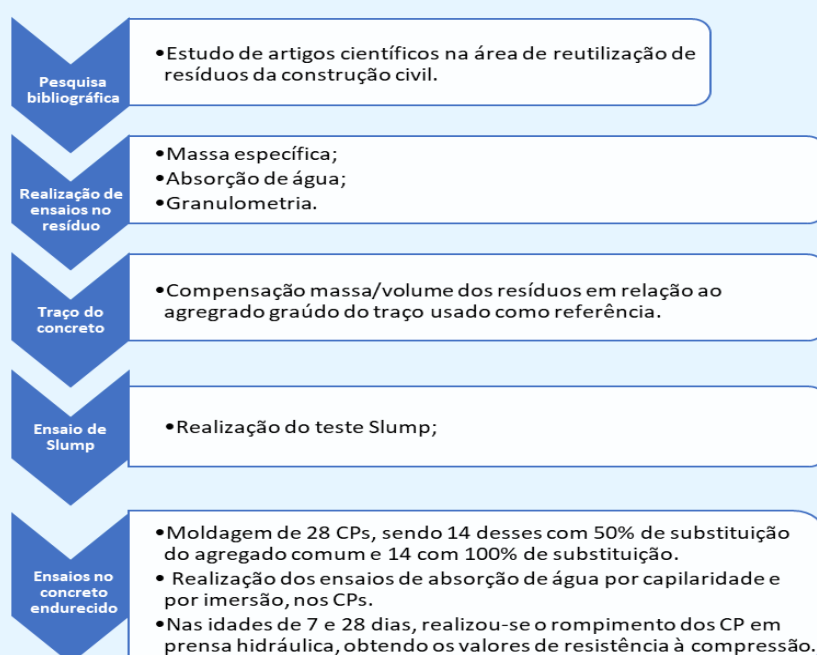
SANTANA, Francisco Elder de Souza
SILVA FILHO, Ivan Domingos da
MENEZES, Renan
OLIVEIRA, Ronaldo Vitor Ramos
DUARTE, Wanderley

RESUMO

Na década de 1980, através de uma Assembleia Geral da ONU, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, foi apresentado, através do documento “Nosso Futuro Comum”, o conceito de “desenvolvimento sustentável”. O estudo visa satisfazer as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades. Segundo o Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) a coleta seletiva de resíduos sólidos tem o objetivo de reduzir o impacto ambiental gerado pela produção de resíduos em uma cidade, destinando corretamente os materiais para reaproveitamento ou descarte adequado. Podemos ver a importância da coleta seletiva quando a relacionamos seus princípios com a sustentabilidade. Relacionamos abaixo alguns benefícios que a coleta seletiva de resíduos sólidos pode trazer a sociedade: Redução da extração dos recursos naturais; Diminuição da poluição do solo, da água e do ar; Reciclagem de materiais que iriam para o lixo; Prevenção de enchentes; Economia de energia e água; Diminuição dos custos da produção, com o aproveitamento de recicláveis pelas indústrias; Diminuição do desperdício; Criação de cooperativas fortes; Geração de emprego e renda pela comercialização dos recicláveis; Melhorias e diminuição de gastos na limpeza pública. Portanto, a coleta seletiva é uma ótima ação para a sustentabilidade, em conjunto com outras ações que nos levam a um desenvolvimento sustentável. A resolução 307/2002 classifica a separação dos resíduos sólidos em 4 categorias: Classe A: resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados, tais como: argamassa, concreto, tijolos, telhas e outros; Classe B: são os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como: plásticos, papel/papelão, metais, vidros, madeiras e outros; Classe C: são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação, tais como os produtos oriundos do gesso; Classe D: são resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde. Portanto, através dessa resolução podemos considerar que os resíduos de concreto são classificados como Classe A, a qual se encontram de duas formas: rejeitos de concreto no estado fresco e endurecido. Praticamente quaisquer tipos de concreto podem ser reciclados, seja em estado seu fresco quanto endurecido. É notório o fato de que o setor da construção civil é o segmento responsável por proporcionar o bem-estar das pessoas, desenvolvendo infraestrutura para as cidades para que elas possam suportar o crescimento populacional, e é um setor gerador de empregos. Por ser um setor bastante importante para o desenvolvimento da sociedade e um dos maiores exploradores de matérias-primas naturais, tais como a cal, ferro, areia, alumínio, madeira e água potável, a construção civil é um dos maiores produtores de resíduos de construção e demolição, os quais, eventualmente, são descartados indevidamente na natureza. Com isso, é importante desenvolver soluções, com

implementação de novas tecnologias, para reintegrar esses resíduos no próprio setor, ocasionando impactos positivos tanto na parte financeira quanto no aspecto da sustentabilidade. Ademais, sabe-se que o concreto é um dos materiais mais utilizados no mundo, pois a sua aplicação é feita de maneira diversa, já que ele pode ser usado para diversas funções no meio da construção civil. Portanto, este trabalho objetivou a substituição do agregado graúdo convencional por resíduos de construção e demolição (RCD) misto no concreto (Figura 1), a fim de analisar suas propriedades físico-mecânicas do resultado final. O RCD utilizado nesse estudo é proveniente de uma indústria de reciclagem de resíduos situada no município de Fortaleza-Ce, que faz a reciclagem de RCDs para sua posterior venda para o setor de construção civil. Para os ensaios feitos, foram utilizados cerca de 60 kg de materiais, que tem custo de R \$15,00 enquanto esse mesmo valor de brita n° 1 custa em torno de R \$27,00 na região de Fortaleza-Ce. Inicialmente todo o material foi seco em estufa (105 °C por 24 horas) com o objetivo de fazer a retirada de água do material e obter um material livre de umidade. Em seguida, foi feita a triagem do material para a retirada de material asfáltico e gesso, que poderiam porventura afetar as características com concreto produzido. O volume de contaminantes retirados não apresentou quantidade considerável de perda em relação ao volume inicial de resíduo. Após a secagem e separação, teve-se início o processo de caracterização do resíduo (conforme fluxograma 01) sendo uma etapa crucial para conhecer o material utilizado e sua correta aplicação no setor de construção civil. Para o agregado, foram realizados os seguintes ensaios: composição granulométrica, massa específica e massa unitária dos agregados, segundo métodos e descrito em normas.

Fluxograma 1. Etapas do projeto



Fonte: Elaborado pelos autores.

A norma ABNT NBR NM 248:2003 - Composição granulométrica, prescreve o método para a determinação da composição granulométrica de agregados miúdos e graúdos para concreto. Conforme esta norma, a série normal e a série intermediária são um conjunto de peneiras sucessivas, que atendam às normas NM-ISO 3310-1 ou 2. Outras

definições: i) Dimensão máxima característica (DMC): Grandeza associada à distribuição granulométrica do agregado, correspondente à abertura nominal, em milímetros, da malha da peneira da série normal ou intermediária, na qual o agregado apresenta uma porcentagem retida acumulada igual ou imediatamente inferior a 5% em massa. ii) Módulo de finura (MF): soma das porcentagens retidas acumuladas em massa de um agregado, nas peneiras da série normal, dividida por 100.

Tabela 01: Dimensões do sistema de peneiras.	
Série Normal	Série Intermediária
75 mm	--
--	63 mm
--	50 mm
37,5 mm	--
--	31,5 mm
--	25 mm
19 mm	--
--	12,5 mm
9,5 mm	--
--	6,3 mm
4,75	--
2,36	--
1,18	--
600 µm	--
300 µm	--
150 µm	--



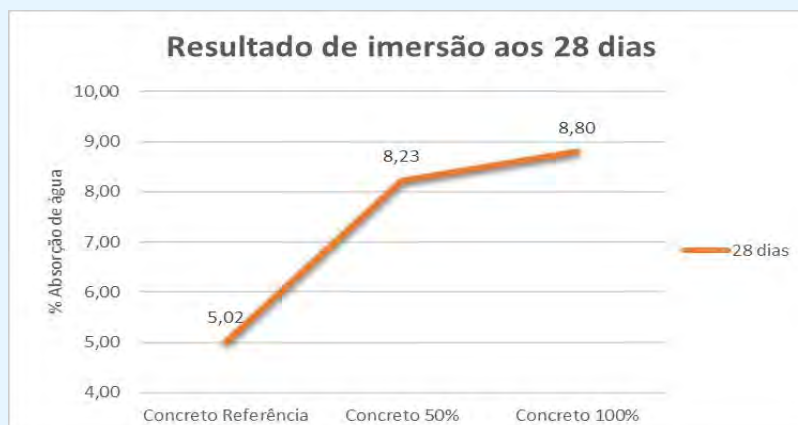
Para o ensaio de consistência do concreto, utilizou-se como referência a ABNT NBR 16889:2020, que se aplica à concretos plásticos e coesos. Inicialmente, o molde e a placa de base foram umedecidos e em seguida, a placa de base foi colocada sobre uma superfície plana, e sobre a placa foi colocado o molde. Durante o preenchimento do molde o aluno operador posicionou os pés sobre as aletas para estabilizá-la e evitar vazamentos. Em seguida, encheu-se o molde com o concreto coletado, em três camadas, cada uma com aproximadamente um terço da altura do molde, tendo-se atenção para adensar cada camada com 25 golpes da haste de adensamento, evitando que os golpes penetrassem nas camadas anteriores. Após a compactação, a superfície foi rasada utilizando-se uma colher de pedreiro. Em seguida, iniciou-se a retirada do tronco cone, levantando-o cuidadosamente na direção vertical. Após a retirada do tronco cone, foi feito de forma imediata a medição da altura do abatimento do concreto determinando a diferença entre a altura do molde e a altura do eixo do corpo de prova, que corresponde à altura média do corpo de prova desmoldado. Para o ensaio de moldagem e cura de corpos de prova de concreto, utilizou-se como referência a ABNT NBR 5738:2016, que se aplica à corpos de prova cilíndricos e prismáticos de concreto. Antes de proceder à moldagem dos corpos de prova, os moldes e suas bases foram revestidos internamente com uma fina camada de óleo mineral. Em seguida, o concreto foi adicionado dentro dos moldes utilizando-se duas (2) camadas de material e 25 golpes em cada camada. Após ser executado o processo de adensamento da última camada, foi feito o rasamento da superfície com a borda do molde, empregando para isso uma colher de pedreiro. Após a moldagem, os moldes foram colocados sobre uma superfície horizontal rígida, durante 24 h, em local protegido de intempéries, e cobertos com material não reativo e não absorvente, para evitar perda de água do concreto. Após o período de 24 h, e antes de serem armazenados, os corpos de prova foram identificados. Imediatamente após sua identificação, os corpos de prova foram armazenados até o momento do ensaio em solução saturada de hidróxido de cálcio a $(23 \pm 2) ^\circ\text{C}$ e umidade relativa do ar superior a 95%. A Tabela 01 traz os ensaios realizados nos agregados e no concreto, com os dados de caracterização. O traço unitário do concreto referencial foi 1:1,64:2,09:0,45, já para o concreto modificado foi 1:1,64:1,95:0,45:0,004.

Tabela 01: Ensaios realizados nos agregados e no concreto, com dados de caracterização.

Índice físico	Concreto 50%	Concreto 100%	Concreto referência
Absorção de água por imersão (%)	8,23%	8,80%	5,02%
Resistência à compressão axial (MPa)	24,6(7 dias) 30,28(28 dias)	27,79(7 dias) 32,26 (28 dias)	23,82 (7 dias) 31,33 (28 dias)
Absorção de água por capilaridade 24h (g/cm ²)	2,95%	2,54%	2,88%

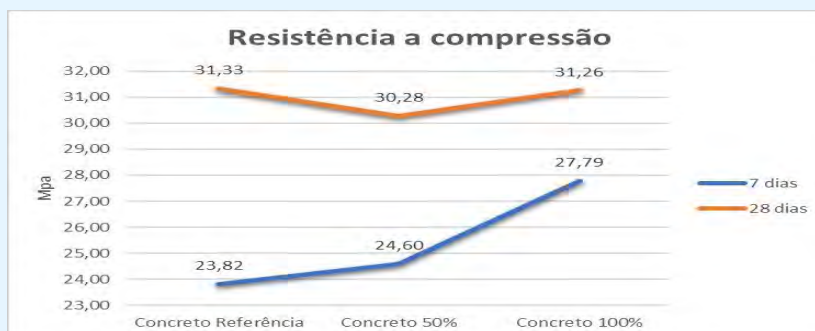
Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 01. Resultado de imersão



Fonte: Elaborado pelos autores.

Gráfico 02: Resultados de resistência à compressão



Fonte: Autores

O teste de capilaridade é importante por conta de que a capilaridade é um dos fenômenos que mais expõem o concreto aos efeitos de agentes patógenos, com isso, expondo o concreto a sulfatos e outras substâncias que podem prejudicar o desempenho do concreto. Logo, quanto menor o valor de absorção do concreto por capilaridade, melhor é para a

estrutura., pois, isso indica que o concreto ficou impermeável o suficiente para estar protegido a agentes patógenos que possam ser derivados do fenômeno de capilaridade. A tabela a seguir irá apresentar os resultados obtidos.

Tabela 02. Resultados provenientes do ensaio de capilaridade

	Amostra	Teste Capilaridade										
		Seco	após 3 hoas	% absorção	após 6 horas	% absorção	após 24 horas	% absorção	após 48 horas	% absorção	após 72 horas	% absorção
7 dias	I - 50%	3287	3320	1,00%	3334	1,43%	3365	2,37%		-100,00%		-100,00%
	II - 50%	3336	3378	1,26%	3390	1,62%	3424	2,64%		-100,00%		-100,00%
	III - 50%	3351	3398	1,40%	3411	1,79%	3450	2,95%		-100,00%		-100,00%
	I - 100%	3222	3258	1,12%	3270	1,49%	3297	2,33%		-100,00%		-100,00%
	II - 100%	3271	3308	1,13%	3319	1,47%	3353	2,51%		-100,00%		-100,00%
	III - 100%	3266	3300	1,04%	3311	1,38%	3349	2,54%		-100,00%		-100,00%

Fonte: Autores.

A absorção de água é a relação entre a massa total de água absorvida pelo bloco e sua massa seca. Em geral, quanto mais denso o bloco menor será a absorção de água, mas isto não pode ser considerado como regra geral, pois nos blocos de baixa qualidade os poros podem ser tão grandes a ponto de não reter a água, desclassificando o teste realizado.

Tabela 03. Ensaio de imersão

Tempo	Amostra	Teste Imersão		
		Seco	Saturado	% absorção
7 dias	I - 50%	3306	3571	8,02%
	II - 50%	3359	3619	7,74%
	I - 100%	3218	3506	8,95%
	II - 100%	3217	3495	8,64%
28 Dias	I - 50%	3374	3637	7,79%
	II - 50%	3353	3629	8,23%
	I - 100%	3262	3528	8,15%
	II - 100%	3272	3560	8,80%

Fonte: Elaborado pelos autores.

O teste de resistência à compressão axial é um dos mais importantes durante o estudo de desenvolvimento do concreto porque é através dele que irá aferir a característica principal que o concreto é designado, resistir a compressão. Os corpos aos 28 dias, com composição de 50% e 100% de agregado reciclado, obtiveram resultados satisfatórios, pois, aos 28 dias, após passar por todo o processo de hidratação, ambos conseguiram superar a marca de 25MPa, se provando um concreto de excelente resistência, podendo ser utilizado até mesmo para funções estruturais.

Tabela 04. Ensaio de resistência à compressão

Tempo	Amostra				Resistência a Compressão MPa
	CP	h	d	h/d	
7 dias	I - 50%	20,1	10	2,01	23,56
	II - 50%	20,2	10	2,02	24,60
	I - 100%	20,1	10	2,01	27,79
	II - 100%	20,1	10	2,01	27,33
28 Dias	I - 50%	20,1	10	2,01	30,12
	II - 50%	20,2	10	2,02	30,28
	I - 100%	20,1	10	2,01	31,26
	II - 100%	20,1	10	2,01	28,75

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Ensaio de Abatimento do Tronco de Cone tem o objetivo de medir a consistência e a fluidez do concreto, possibilitando que se controle a uniformidade do concreto. A principal função deste ensaio é fornecer uma metodologia simples e convincente para se controlar a uniformidade da produção do concreto em diferentes betonadas. Desde que, na dosagem, se tenha obtido um concreto trabalhável, a constância do abatimento indicará a uniformidade da trabalhabilidade. A substituição do agregado foi total, e foi adicionado 0,04% de aditivo, pois o concreto ainda estava seco. Foram moldados 28 corpos de prova e eles ficaram submersos para podermos fazer o teste de resistência à compressão aos 28 dias segundo a norma NBR 12.655. Alguns testes podem ser efetuados com 07 dias, como o teste de imersão e de capilaridade. Após a ruptura final, fizemos estas comparações com o concreto referencial e já tivemos alguns resultados: Sabemos que o concreto com esse resíduo reciclável, diminui a extração da brita natural, da quantidade de entulho descartada em aterro e não aumenta o uso do cimento que, hoje, é o maior produtor de gás carbônico mundial. Pensando pelo lado sustentável, sabemos que este concreto pode ser usado nas mais diversas formas, tendo assim uma fonte proveniente de material dentro da própria obra. Depois de vários testes e análises comparativas na literatura referentes à temática abordadas durante a pesquisa, vimos que o concreto feito a partir de resíduo de construção e demolição (RCD), apresentou uma similaridade com o concreto convencional, que utiliza materiais extraídos direto da natureza (brita comercial), tendendo a ser um pouco mais vantajoso nos quesitos financeiro e de sustentabilidade. Os dados obtidos para os testes realizados ao longo do estudo nos dois parâmetros utilizados (substituição de 50% e de 100% da brita comercial pelo RCD) apresentaram uma similaridade entre os resultados do concreto convencional, que estava sendo usado como referencial, tanto em resistência à compressão quanto em comparação aos testes de capilaridade e de consistência do concreto (Slump teste), entre outros, apresentando assim uma proposta de futuramente ser uma possível alternativa para diminuir os rejeitos gerados durante uma obra de construção, reforma ou demolição de edifícios ou casas simples, pois a maioria das empresas de construção, ainda não consegue descartar esses rejeitos da forma apropriada sem gerar danos ao meio ambiente e também essa alternativa servirá para diminuir a extração da brita natural, pois os rejeitos poderá substituir o agregado graúdo durante o processo de fabricação, já que a quantidade de entulho descartada não irá mais para em aterros. Pensando pelo lado sustentável, sabemos que este concreto pode ser usado nas mais diversas formas, tendo assim uma fonte proveniente de material dentro da própria obra. Sendo que ele já apresentou uma ótima resistência à compressão nas idades de 7 e 28 dias. Se tratando de vantagem financeira, pode-se constatar que a utilização do RCC em substituição do agregado graúdo comercial, demonstra que o concreto feito a partir do entulho se torna mais vantajoso, pois 60 kg de brita nº1 custa em torno de R \$27,00 em depósitos da região, enquanto os mesmos 60 kg

de entulho custa R\$ 15,00, demonstrando uma redução entre 22 e 45% nos custos com brita nas obras. Pode parecer uma diferença pequena a depender da utilização, mas que pode fazer grande diferença quando se trata da conservação dos recursos naturais que deixaram de ser extraídos da natureza.

REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16916. (2021).
Agregado miúdo - Determinação da massa específica e massa específica aparente.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16917. (2021).
Agregado graúdo - Determinação da densidade e da absorção de água. **Agregado graúdo - Determinação da massa específica, massa específica aparente e absorção de água.** In Concrete.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16972. (2021).
Agregados – Determinação da massa unitária e do volume de vazios. In ABNT NBR 45:2006
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 16973: Agregados - determinação do material fino que passa através da peneira 75µm, por lavagem.** 1 ED. RIO DE JANEIRO: ABNT, 2021. 6 P.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7211: Agregados para concreto - Especificação.** Rio de Janeiro, 2009.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9776: **Determinação da massa específica de agregados miúdos por meio do frasco de Chapman.** Rio de Janeiro, 1987.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR NM 248: Agregados - Determinação da composição granulométrica.** Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 16889. **Concreto — Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone.** Rio de Janeiro: ABNT, 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5738. **Concreto - Procedimento para moldagem e cura de corpos de prova.** Rio de Janeiro: ABNT, 2016.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5739. **Concreto - Ensaio de compressão de corpos de prova cilíndricos.** Rio de Janeiro: ABNT, 2018.

**ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E A RELAÇÃO COM OS
TRANSTORNOS MENTAIS - RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CAPS -
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - SER II**

SENA, Juliana Pinto de

pintojuliana652@gmail.com
Faculdade Ari de Sá

RESUMO EXPANDIDO

Introdução. O presente trabalho, tem como temática principal o relato de experiência vivenciado no campo de estágio supervisionado do curso de psicologia da faculdade Ari de Sá, onde foi realizado no CAPS - Centro de Atenção Psicossocial - SER II, no qual dentre os atendimentos realizados, notou-se o grande número de relatos no plantão psicológico, avaliação inicial, e alguns matriciamentos correlacionado aos históricos passados de abuso sexual na família e no trabalho decorrente principalmente no contexto da infância/adolescência, onde muitas jovens saíam de casa para trabalhar em casas de famílias. Ademais, o presente trabalho tem como objetivo apresentar o relato de experiência vivenciado no CAPS e a compreensão quanto a ocorrência de transtornos mentais relacionado ao histórico de abuso sexual na infância, além de fomentar o processo de reflexão (senso crítico) quanto as possibilidades de intervenção dentro do CAPS.

Metodologia: A metodologia consistiu no relato de experiência vivenciado no campo de estágio ao longo dos atendimentos, através da abordagem qualitativa, que possibilitou maior foco quanto a investigação da problemática, pela vivência exata e contato direto com as diversas situações. Para tanto, o procedimento técnico para o levantamento de dados utilizados foi: a pesquisa bibliográfica que suscitou um estudo exploratório sobre a temática, isto é, maior aproximação com a discussão do tema através da leitura interpretativa correlacionando os principais relatos juntamente com a o referencial teórico levantado na pesquisa.

Resultados e Discussão: De antemão, o relato de experiência dentro do campo de estágio surgiu a partir dos relatos de pacientes que estavam em processo de avaliação inicial, matriciamento, e também o atendimento ao plantão psicológico, onde as pacientes a maioria do sexo feminino descreviam o contexto de abuso sexual na infância por parte do pai, irmão e relação de abuso sexual nas casas onde trabalhavam, também relataram o abuso psicológico sofrido dentro do trabalho e descreviam práticas racistas por parte dos donos das residências. Conforme esse determinado contexto, a literatura descreve que crianças e adolescentes no qual são vítimas de abuso, inclinam-se a desenvolver sintomas de transtorno da ansiedade, depressivos e agressivos, além de também configurar em problemas de relacionamentos sociais, perda da identidade social quanto sujeito feminino, além disso são produzidos comportamentos e déficits emocionais, problemas de aprendizados escolar, além da abuso de substâncias psicoativas na fase da adolescência dentre outras características. Os comportamentos apresentados acima, fazem parte das lembranças narradas pelos pacientes que ao processo de anamnese, quando chegávamos na investigação do histórico social dos pacientes, os mesmos sempre traziam como episódios traumáticos situações como estas e também traziam como início da depressão ou também relatam que na época não procuravam ajudar por não saber, e pelas condições financeiras, perder o emprego, morar na rua ou até mesmo por ser intimidade pelos abusadores com chantagem

psicológica. Para embasar todo o relato, foi realizada a pesquisa bibliográfica focando no histórico de estudos voltados para a problemática, os autores Serafim, A. D. P., Saffi, F., Achá, M. F. F., & Barros, D. M. D. (2011) os estudos apontam que o abuso sexual desencadeia no sujeito uma série de problemas como emocionais, de cunho comportamental como medo, socialização com outras pessoas, baixa no rendimento escolar, isolamento social, déficit de linguagem e de aprendizagem, perspectiva de morte acompanhando de ideação suicida e homicidas, automutilação. Importante destacar que é uma temática de grande proporção que não escolhe somente um país, mas é de proporção mundial. No Brasil por exemplo, no início do semestre de 2022 foram registradas 4.486 denúncias de violações de direitos humanos contra essa população e 18,6% estão ligadas a situações de violência sexual, onde prevalece as vítimas entre 10 e 17 anos de idades do sexo feminina e que a maioria dos agressores moram na mesma casa, ou são da família, assim como destaca o site CNN Brasil (2022). Dados estes, que além de preocupar pelo grande número, é um sinal de alerta para as autoridades e entidade públicas de saúde, pois existe um histórico social de cada paciente e que não são levados em consideração também no estabelecimento de políticas públicas, ou a criação de ferramentas que possam auxiliar os pacientes conforme o enfrentamento destes transtornos decorrentes do abuso sexual vivenciado no espaço familiar ou externo. A complexidade do fenômeno é um problema mundial que fere os direitos humanos, bem como também trazem consequências para além da patologia do sujeito, mas todo o meio em que ele convive, desde a escola, educação, mundo profissional e as suas relações sociais que serão desenvolvidas ao longo tempo. O CAPS (Centros de Atenção Psicossocial) é onde essas pessoas, podem ter minimamente recursos em atenção à saúde mental, com assistência personalizada, clínica, farmácia e outras além do atendimento clínico e psicológico, e será o ambiente de estudo, com relatos de experiência com base no conhecimento e casos presenciados e os manejos inerentes e estes. **Considerações Finais:** Diante das possibilidades de fazer esta pesquisa espera-se contribuir para ampliar os conhecimentos sobre a correlação do abuso sexual na infância e adolescência e a decorrência dos transtornos mentais e outras problemas advindos destes episódios que marcam o desenvolvimento social e cognitivo do sujeito, além de considerar a atuação do psicólogo nesta perspectiva e as possibilidades de mediação e construção dentro do equipamento público considerando o olhar das políticas públicas e garantia dos direitos humanos.

Palavras-chave: Transtorno mental; abuso sexual; infância; adolescência; Psicologia.

REFERÊNCIAS

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérigamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, p. 139-144, 2015.

OLIVEIRA, Ingrid. **Das 4.486 denúncias de violação infantil em 2022, 18,6% estão ligadas a abuso sexual**. CNN Brasil, 2019.

SERAFIM, Antonio de Pádua et al. Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)**, v. 38, p. 143-147, 2011.

ZAMBON, Mariana Porto et al. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um desafio. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 58, p. 465-471, 2012.

CIDADE DE DEUS: UMA REPRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA DO RACISMO ESTRUTURAL E DA NECROPOLITICA BRASILEIRA

FILHO, Riksberg Leite Cabral
BRANCO, Francisco Fernando Teixeira Castelo
SENA, Juliana Pinto de
CARNEIRO, Raíssa Cândido

rikcabral7@gmail.com
Faculdade Ari de Sá

RESUMO EXPANDIDO

Introdução. Este trabalho propõe uma reflexão sobre o filme Cidade de Deus e a narrativa dialética que ele traz, mesmo após 20 anos do lançamento dele, com questões sociais e raciais intrínsecas à realidade brasileira, oriundas do período colonial e escravagista que se estendeu por 388 anos dos 522 anos de história do nosso território. É o caso do racismo estrutural, da formação das favelas e da necropolítica que impulsionam as práticas de exclusão e extermínio da população negra e pobre, especialmente quando esta parcela dos brasileiros vive em comunidades. **Metodologia.** Realizamos uma pesquisa bibliográfica embasada prioritariamente nas obras de Michel Foucault e Achille Mbembé. Dois autores que discorrem sobre a problemática do Estado de exceção, das relações de poder (incluindo micropoder e biopoder), da precarização do espaço, dos processos de vigilância dos mecanismos de punições e da sociedade disciplinar. Fora eles, levantamentos oficiais do Governo e outros autores contribuíram para complementar este material. É o caso de Licia do Prado Valladares e Renato Meirelles. **Resultados e Discussão.** A ideia de um país miscigenado, com ausência de leis discriminatórias por cor (como as existentes nos EUA) e no qual não houve processos de genocídio da população negra — como os ocorridos na Argentina e no Chile — nos levou ao mito da democracia racial. O termo, inspirado na obra Casa-Grande & Senzala, escrito por Gilberto Freyre em 1933, criou uma falsa ilusão de que a escravidão no Brasil foi branda e que, logo após o fim dela, nos tornamos uma terra da diversidade. Um local sem conflitos, repressão ou de separação entre negros e brancos. Se por um lado o cenário pintado era de democracia racial, por outro eram colocadas em práticas diferentes estratégias de controle e extermínio dessa população no período pós-abolição, como destaca Wermuth, Marcht e Mello (2020). É o caso da “higienização” das cidades, da criminalização de condutas como a “vadiagem” e a “capoeira”, o fomento à imigração europeia e a repressão policial em áreas com grande concentração de indivíduos negros. O objetivo era o “branqueamento” de nossa população. Esse paradoxo não ficou no passado. Permanece até hoje. As cidades se desenvolveram divididas entre áreas nobres (que concentram ricos e brancos) e marginalizadas (que concentram pobres e negros). Há uma forte desvalorização do que é nacional e tem origens africanas — religião (candomblé e umbanda) e música (funk e rap) são apenas alguns exemplos. O termo “vadiagem” pode ser facilmente transposto na atualidade às confraternizações e festividades em áreas periféricas, como os bailes das comunidades. E a repressão policial nesses espaços fala por si só, deixando um rastro de sangue. Tudo isso nos trouxe para um cenário vivencial crítico da população negra no Brasil. De acordo com o Atlas da Violência, elaborado pelo Ipea no ano de 2019, os negros representaram 77% das vítimas de homicídios. As mulheres negras representaram 66,0% do total de mulheres assassinadas no Brasil. A chance de um negro ser assassinado é 2,6 vezes superior àquela de uma pessoa não negra.

De acordo com o livro de Celso Athayde e Renato Meirelles, *Um País Chamado Favela*, 72% dos moradores de comunidades são negros. Um universo de mais de 17 milhões de pessoas, como aponta levantamento do Instituto Locomotiva. O público atendido pelo SUS é majoritariamente negro (cerca de 67%) já que grande parte dessa parcela da população não tem plano de saúde (78,8%), como destaca o Ministério da Saúde. A média nacional de pessoas negras que conseguem os medicamentos receitados pelo SUS é de 36,15% — a maior no quesito cor/raça. Já quando falamos em internações em hospitais do SUS (ASS e ATS), os negros correspondem a 75% delas. Essa realidade marginalizada e desprovida de estatuto político, que é mostrada durante todo o filme *Cidade de Deus*, dialoga diretamente com o conceito de biopoder de Foucault (2001) sobre os modos de vida de uma população/comunidade e a necessidade de organizações paralelas para sobrevivência à margem social. Paralelamente, ele também se conecta à abordagem de necropolítica adotada por Mbembé (2018) que explica quem pode viver e quem deve morrer na nossa sociedade. O escritor aborda justamente como ocorre a produção da narrativa que legitima tais mortes, baseadas em criar um inimigo que deve ser neutralizado para a segurança e o bem-estar da população. **Considerações Finais.** A conclusão deste trabalho nos mostra que compreender e estudar o nosso passado é fator de suma importância para entendermos a conjuntura social atual do Brasil e como se dão as relações raciais nela que, seja de maneira escrachada, seja de maneira sutil, seguem colocando os negros em espaços predeterminados, estigmatizados e passíveis apenas de subexistência, como é o caso da favela. Favela que não é só cenário e título do filme, mas também personagem central da história. Local que carrega a sombra constante do perigo, que é o "cerne da criminalidade", onde se concentra tudo aquilo que é abjeto, nocivo e indesejável para a elite.

Palavras-chave: racismo; cidade de deus; necropolítica; Foucault; Mbembé.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cadastro Nacional de Presos. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/08/bnmp.pdf>>. Acesso em 08 de outubro de 2022.

FILHO, Alfredo Pereira de Queiroz. **Sobre as Origens da Favela.** Mercator, Fortaleza, v. 10, n. 23, p. 33-48, set./dez. 2011.

FOUCAULT, Michel. **Sobre a história da sexualidade.** In: *Microfísica do Poder.* Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro. Edições Graal, 2001, p.243-276.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** 1ª Edição. Petrópolis. Editora Vozes, 1975.

LISBOA, Ana; OLIVEIRA, Isabela; SOUZA, Talita. **Pretos no topo: desemprego recorde entre negros é resultado de racismo.** Correio Braziliense, 21 de março de 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/trabalho-e-formacao/2021/03/4913182-pretos-no-topo-desemprego-recorde-entre-negros-e-resultado-de-racismo.html>>. Acesso em 08 de outubro de 2022.

MBEMBÉ, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. N-1 edições, 2018.

MEIRELLES, Renato; ATHAYDE, Celso. **Um País Chamado Favela**: A maior pesquisa já feita sobre a favela brasileira. 1ª Edição. São Paulo. Editora Gente, 2014.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Mapa do Encarceramento aponta**: maioria da população carcerária é negra. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/junho/mapa-do-encarceramento-aponta-maioria-da-populacao-carceraria-e-negra-1>. Acesso 08 de outubro de 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política do SUS**. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf>. Acesso em 14 de abril de 2022.

RIBEIRO, Djamilla. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ª Edição, São Paulo. Companhia das letras, 2019.

SALLES, Stéfano. **Cerca de 8% da população brasileira mora em favelas**. CNN Brasil, 04 de novembro de 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cerca-de-8-da-populacao-brasileira-mora-em-favelasdiz-instituto-locomotiva/>>. Acesso em 08 de outubro de 2022.

SENADO NOTÍCIAS. Negros representam 56% da população brasileira, mas representatividade em cargos de decisão é baixa. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/videos/2020/08/negros-representam-56-da-populacaobrasileira-mas-representatividade-em-cargos-de-decisao-e-baixa>>. Acesso em 08 de outubro de 2022.

SILVA, Mateus. **Casa-Grande & Senzala e o Mito da Democracia Racial**. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt28/9704-casa-grande-e-senzalae-o-mito-da-democracia-racial/file>>. Acesso em 08 de outubro de 2022.

VALLADARES, Licia do Prado. **A Invenção da Favela**: do Mito de Origem à Favela. 1ª Edição, São Paulo. Editora FGV, 2005.

WERMUTH, Maiquel; MARCHT, Laura; MELLO, Letícia. Necropolítica: Racismo e Políticas de Morte no Brasil Contemporâneo. **Revista de Direito da Cidade**, vol. 12, nº 2. ISSN 2317-7721. pp.1053-1083, 2012.

CONCEPÇÕES DE UM GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA COM CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

MEDEIROS, Érika Maria da Silva
SILVA, Isadora Pinheiro
ARAÚJO, João Felipe de Freitas
DANTAS, Mariana Gondim

erikammedeiros@gmail.com

Faculdade Ari de Sá

RESUMO EXPANDIDO

Considerando a infância como a base fundamental a evolução do ser humano, vislumbra-se a indispensabilidade em pesquisas focais sobre as infâncias. A pesquisa oferta contribuições e desafios experienciado por um grupo de estudos, extensão e pesquisa em psicologia e adolescência-GEPA. Trata-se de um estudo teórico, e qualitativo, com métodos descritivos e explicativos. Compartilha-se a especificidade de um caso o qual foi possível correlacionar as preposições do criador da psicanálise sobre a teoria da sexualidade infantil e o complexo edipiano. Ademais, reforça-se a credibilidade de atuações de acadêmicos de psicologia com a utilização de recursos lúdicos direcionados a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Criança. Infância. Lúdico. Vulnerabilidade social.

INTRODUÇÃO. Nessa pesquisa, se pretende explicitar sobre atuações e aspectos interventivos, preventivos, e psicoeducativos provenientes das ações de um grupo de estudos, extensão e pesquisa em psicologia e adolescência-GEPA. O grupo é composto por 13 membros, e existe desde 2019, atuando com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, numa instituição filantrópica de Fortaleza-CE (LIMA et al., 2020). No princípio as atribuições que o GEPA se propôs a estudar, permitiram reflexões e trocas valorosas sobre as infâncias e adolescências, principalmente no contexto de vulnerabilidade social, onde fatores negativos são situações de predominância, e que comumente geram problemáticas associados a problemas sociais, econômicos e conflitos familiares (SOUSA et al., 2020). Nesse interim, vale ressaltar a infância como uma etapa essencial para a constituição humana, que se organiza a partir de uma cultura social, portanto a rotina social pode ser fator definitivo as diversas infâncias (BOMTEMPO & CONCEIÇÃO, 2014).

METODOLOGIA. Este resumo expandido trata-se de uma pesquisa teórica, em que foi necessário coletar livros, artigos para o fichamento e em consequência para a utilização no decorrer da escrita. Foram coletados materiais que tivessem coerência e relevância com a problemática e palavras-chave (MINAYO ET AL., 2002). Ocorreu uma pesquisa qualitativa e descritiva com fins explicativos e observação participante. Minayo (2002) alerta sobre a implicação do pesquisador em uma pesquisa qualitativa. A análise de dados ocorreu em função das supervisões, orientações e discussões sobre o acervo lúdico arquivado com fins para pesquisa. As narrativas dos extensionistas foram relacionadas ao material bibliográfico fichado e supramencionado (MINAYO ET AL., 2002).

RESULTADOS E DISCUSSÃO. Um pouco sobre o GEPA. As atuações do GEPA acontecem numa instituição, que tem como objetivo acolher crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, oferecendo um espaço alternativo onde possam

vivenciar o seu desenvolvimento de maneira saudável. O primeiro contato com o espaço foi com a coordenadora do projeto, que de forma muito acolhedora nos recepcionou, apresentou o projeto e falou do perfil das crianças que iríamos encontrar as terças no turno da tarde (LIMA ET AL., 2020; e SOUZA ET AL., 2020). Foi-nos explicado um pouco sobre as histórias das crianças que passaram, e as que ainda estão sendo acompanhadas pelo projeto. No que se refere ao contexto de vida dessas crianças, de fato, imperam desafios e as diversas formas de violências. Esse contato inicial foi extremamente relevante, já que nos comoveu, e nos conectou como grupo, para além do objetivo comum de sabermos mais sobre as práxis psicológicas com crianças (LIMA ET AL., 2020; e SOUZA ET AL., 2020). A partir da ludicidade, se torna evidente que determinadas crianças conseguem se engajar melhor nas atividades, pois, a partir do lúdico a criança fala das suas experiências, na maneira como ela dá significado para o mundo ao seu redor e as questões que lhe afetam de forma pessoal (BOMTEMPO & CONCEIÇÃO, 2014). Em consequência, passamos a compreender que as atividades executadas falam muito do que as crianças vivenciam. Bomtempo e Conceição (2014), ainda vão relatar que é na brincadeira, onde a vida cotidiana se insere dentro de um espaço irreal e imaginativo, onde a criança se expressa e põe pra fora suas representações advindas não só do seu mundo interno, mas do seu mundo externo. Desta maneira, coletamos informações sobre o cotidiano das crianças através das brincadeiras e construindo atividades dos temas que emergiram entre os acolhidos. Os temas estudados em grupo abordaram violência, relações familiares, vida escolar, relação com o corpo, regras de convivência, sentimentos e saúde. **Conhecendo atividades lúdicas executadas.** Algumas atividades têm marcado o GEPA pelo efeito produzido no momento da ação com as crianças que permitiram abrir a porta para questões muito específicas da vida de cada criança, e que ao serem compartilhadas reverberam em outras atividades que implicam a história de todos que frequentavam o grupo (LIMA ET AL., 2020; e SOUZA ET AL., 2020). A atividade fortaleceu o grupo em pesquisas ao ofertar amplas discussões sobre as etapas desenvolvimentais das crianças acolhidas nas atuações do GEPA. Nesse interim Freud (1901-1905), apresenta revelações sobre a sexualidade infantil e o complexo de Édipo. Partindo desse pressuposto, nas atividades exercidas na extensão acadêmica, enquanto algumas crianças desenhavam em um grupo circular, um menino de três anos de idade pediu para uma das extensionistas que o ajudasse brincar de futebol. Em meio ao cansaço no jogo, a criança parou de brincar sentou-se cuidadosamente, e mostrou um ferimento no pé, explicando que se tratava de uma lesão decorrente de um tiro de uma arma de fogo. Após o futebol, a criança captou vários brinquedos, dentre estes havia alguns carrinhos. Ao brincar a criança externalizava situações de violência, acidentes de trânsito, e outros atos violentos que findaram em morte. Ao se desinteressar pelos carrinhos, logo se dirigiu as massinhas de modelar, rapidamente, a criança construiu o recurso o nomeando cobra, e com um boneco sem a cabeça o qual estava em sua outra mão, colocou a cobra dentro do local da cabeça, passando a repetir a frase: “eu vou te comer!”. De fato, as falas do menino foram dirigidas as acadêmicas. Sequencialmente, a criança aponta ao busto de uma extensionista, enfatizando a letra G, nomeando a cor vermelha e relacionou ao batom de sua mãe. Conforme aponta Freud (1906-1909), ao analisar uma fobia de um garoto de cinco anos de idade:

Seríamos injustos para com Hans se acompanhássemos apenas os traços autoeróticos de sua vida sexual. Seu pai nos transmitiu observações detalhadas de suas relações amorosas com outras crianças, em que se verifica uma “escolha objetal” como nos adultos. E também, é verdade, uma notável inconstância e predisposição para a poligamia. (FREUD [1906-1909], p.93).

Nesse sentido, vale ressaltar a indispensabilidade na observação de aspectos relacionais de vida da criança, e a observação no contexto em que se encontra inserido, para que se perceba a veracidade do fenômeno edipiano observado (FREUD [1906-1909]). **CONSIDERAÇÕES FINAIS.** Por fim, considera-se que as atividades propostas e executadas facilitaram o diálogo entre acadêmicos e crianças e, além disso, as estratégias lúdicas possibilitaram um espaço de fala, de aproximação e formação de vínculo. Outro fator crucial as dinâmicas em grupo foram decorrentes das supervisões e orientações facilitadas por três psicólogas. No decorrer das atuações o grupo de extensionistas, não dispôs a aspiração em verificar teorias específicas, no entanto, foi possível relacionar teorias psicológicas as práticas aplicadas nos atendimentos grupais com as crianças acompanhadas pelo GEPA. Reforça-se a indispensabilidade em grupos de pesquisa e extensão acadêmica, para que favoreça a ampliação de conhecimentos de estudantes, e, além disso, colabora com a inclusão social de pessoas em situação de vulnerabilidade social.

REFERÊNCIAS

BOMTEMPO, Edda; CONCEICAO, Mírian Ribeiro. Infância e contextos de vulnerabilidade social - A atividade lúdica como recurso de intervenção nos cuidados em saúde. **Bol. - Acad. Paul. Psicol.**, São Paulo, v. 34, n. 87, p. 490-509, dez. 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2014000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 21 set. 2022.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise fragmentária de uma histeria [“o caso Dora”] e outros textos.** [1901-1905].

FREUD, Sigmund. Obras completas vol. 8, **O Delírio e os sonhos na Gradiva, análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos.** [1906-1909].

LIMA, A. A. R.P. et al. A produção de sentidos na atividade lúdica do corpo humano com adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Pesquisas em temas de ciências humanas**, 2020, 1. ed. 2. Vol., p. 71-78. Acesso em: 22 de março de 2020. Disponível em: https://d545c17b-f3d5-41c9-bf28-a48acf4c19a8.filesusr.com/ugd/baca0d_423688bdbe5a4d9983f6fb218006c7ef.pdf

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** [organizadora] MINAYO, Maria Cecília de Souza, DESLANDES, Suely Ferreira, NETO, Otávio Cruz e GOMES, Romeu. – 21ª edição, Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

SOUSA, Lisa Naira Rodrigues de et al. Constituindo-se grupo de extensão: Experiência de estudantes de psicologia com crianças e adolescentes em uma instituição juvenil. **Revista Interdisciplinar Plus- Educação e Saúde**, n°008, N° 8, p. 68-77, 2020. Acesso em: 08 de abril de 2021. Disponível em: <https://faculdadeplus.edu.br/site/revista-interdisciplinar-plus-educacao-e-saude-n-8/>

A CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL NO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE PROMOÇÃO DE DIVERSIDADE FEMININA E RACIAL EM CARGOS DE GESTÃO

SOUZA, Cláudia de Lima
LOPES, Daniel Barsi

claudialima14a@gmail.com
Faculdade Ari de Sá - FAS

RESUMO EXPANDIDO

É válido introduzirmos a temática afirmando o quanto é importante identificarmos quais contribuições a Psicologia Organizacional pode oferecer para fomentar o desenvolvimento de programas que promovam a diversidade feminina e racial nas organizações, com enfoque em cargos de alta gestão. Como problemática investigativa, vê-se a necessidade de entender de que maneira a Psicologia Organizacional pode contribuir, no Brasil, para que empresas desenvolvam programas de promoção da diversidade de mulheres negras em cargos de gestão. Dentre inúmeros outros fatores, é possível identificar a necessidade de abranger, nas organizações, profissionais inseridos na interseccionalidade da diversidade e inclusão, como transgêneros e pessoas LGBTQIAP+, público que geralmente é preterido em processos seletivos em empresas que não possuem uma proposta inclusiva, principalmente no âmbito corporativo. Também, vale ressaltar que mais da metade da população brasileira é representada por pessoas negras, ou seja, 55,9%, mas apenas 4,7% dos cargos de liderança presentes nas 500 maiores empresas do Brasil são ocupados por essas pessoas, segundo o Instituto Ethos (2010). A porcentagem de mulheres negras nessas corporações é de apenas 9,3%, e o número cai ainda mais se considerarmos as que estão presentes em cargos de alta gestão (0,4%). Em sua obra, intitulada “Racismo Estrutural”, Silvio Almeida (2019) traz um debate a respeito desse termo, mostrando que o racismo institucional vai além da dimensão individual, por ser uma estrutura elaborada como uma ordem social que faz a manutenção do poder de um grupo sobre outro. Sendo assim, a imposição de padrões de funcionamento racistas em uma instituição se dá através da vinculação com a ordem social, sendo a materialização de uma estrutura social previamente existente. Desse modo, voltando-se à historicidade, é válido afirmar que as mulheres negras estão contidas em uma interseccionalidade de gênero, classe e raça, apresentando desvantagens nessas esferas, enraizadas por preceitos coloniais-escravistas, que se reproduzem até os dias atuais, fazendo-as ocupar lugares de trabalhos operacionais e subalternos, com menor remuneração (PASSOS, 2020). Sabendo do enfrentamento quanto às questões de raça e gênero, torna-se essencial haver a materialização de um olhar mais sensibilizado a respeito da humanização da prática de gestão de pessoas e seus cargos de liderança, por meio da inclusão, da retenção e do desenvolvimento de profissionais pertencentes a grupos menos privilegiados socialmente, estando o foco dessa investigação voltado para o cenário das mulheres negras em cargos de alta gestão. Assim, essa pesquisa tem como objetivos específicos avaliar, historicamente, os impactos das iniciativas corporativas para contemplar a presença de mulheres negras em cargos de gestão, bem como analisar de que forma e através de quais estratégias organizacionais é possível reforçar a inclusão de mulheres negras em cargos gerenciais. Como **Metodologia**, viu-se, então, a necessidade de realizar uma pesquisa de cunho qualitativo com base na revisão bibliográfica, a qual ocorreu através da reflexão do pesquisador em relação à leitura de

documentos e materiais científicos focados no objeto de estudo, proporcionando que esta investigação tenha sido construída a partir da pesquisa em plataformas de bases de dados digitais de fontes nacionais e internacionais, como, por exemplo: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Science.gov e Educational Resources Information Centre (ERIC), nos idiomas português e inglês, além de dar preferência a materiais atuais feitos entre 2018 e 2022. Ao utilizar essas plataformas, com o objetivo de coletar os materiais de leitura, tivemos como descritores as seguintes palavras-chave: “psicologia organizacional” AND “trabalho”, “relações étnico-raciais”, “mulheres negras” AND “gestão”, “programa” AND “diversidade” AND “inclusão” AND “raça” OR “racial”. Como **Resultados**, é possível discutirmos que, apesar de compreendermos a necessidade de incluir e desenvolver mulheres negras para atuarem em posições de gestão nas empresas, no Brasil ainda não existem programas de promoção de diversidade feminina e racial especificamente para cargos gerenciais, mesmo sabendo de sua grande importância em âmbitos político, cultural, histórico e socioeconômico. E por mais que para Collins (2011), a diversidade deva ser vista, atualmente, como uma necessidade do negócio, motivada, principalmente, pela intenção de incluir as minorias nos espaços de trabalho, também trazendo lucros e melhores desempenhos para essas empresas, pode-se afirmar também que esses programas têm o intuito de trazer aspectos dessa reparação histórica. Para a autora Djamilia Ribeiro (2018), o feminismo negro possui lutas completamente diferentes, pois enquanto as mulheres brancas batalhavam para ter o direito de trabalhar e votar, as mulheres negras lutavam para serem vistas e tratadas como pessoas vivendo em sociedade, discussão que começou a vir à tona no Brasil somente nos anos 1980. Assim, entende-se que os fatores de gênero, raça e sexismo impactam diretamente no modo e perfil de pessoas contempladas em cargos de gestão, mas também na quantidade de horas trabalhadas em setores públicos e privados, entendendo também como a mulher negra vem sofrendo impactos da sociedade brasileira patriarcalista, sexista, racista e que fomenta uma cultura de embranquecimento desses corpos para serem incluídos em determinados espaços (ALENCAR; IFADIREÓ; BITU, 2020). Por fim, como **considerações finais**, é válido destacar que esse estudo é importante para nos levar a uma reflexão sobre a ausência de empresas que coloquem em prática o apoio a essas causas de diversidade feminina e racial em cargos de gestão e, principalmente, nos trazer a um questionamento acerca do porquê isso ainda ocorrer em nossa sociedade. Será que as empresas, em pleno 2022, não estão preparadas para a inclusão em tantas esferas (social, racial e de gênero)? Ou mesmo essa pauta é ignorada e não causa incômodo algum no atual cenário das corporações brasileiras, visto o panorama de conservadorismo que temos vivenciado nos últimos tempos?

Palavras-chave: Diversidade feminina. Diversidade étnico-racial. Mulheres negras na gestão. Programas de inclusão.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Y. M. M. A.; IFADIREÓ, M. M.; BITU, V. de C. N. “Quando a cor da pele é empecilho para a gestão organizacional”: Uma revisão de literatura sobre mulheres negras no mercado de trabalho / “When the color of the skin is an obstacle for organizational management”: A literature review on black women in the labor market. **Brazilian Journal of Development**, [S. l.], v. 6, n. 5, p. 29517–29532, 2020. DOI: 10.34117/bjdv6n5-416. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/10382>. Acesso em: 16

oct. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. v. 1. ISBN 978-85-98349-74-9.

COLLINS, Sharon M. Diversity in the Post Affirmative Action Labor Market: A Proxy for Racial Progress? **Critical Sociology**, v. 37, ed. 5, p. 521-540, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0896920510380075>. Acesso em: 1 mai. 2022.

INSTITUTO ETHOS. **Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. São Paulo, p. 5-48, 2010. Disponível em: <https://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/4Perfil-Social-Racial-e-de-G%C3%AAnero-das-500-Maiores-Empresas-do-Brasil-e-suas-A%C3%A7%C3%B5es-Afirmativas-Pesquisa-2010.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2022.

PASSOS, Rachel Gouveia. Mulheres negras, sofrimento e cuidado colonial. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 45, v. 18, p. 116-129, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/47219/31983>. Acesso em: 21 abr. 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

OS IMPASSES PARA A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE FORTALEZA-CE

SENA, Juliana Pinto de
OLIVEIRA, Darliane Lima Viana de
FILHO, Riksberg Leite Cabral
RAMOS, Juliane Faustino

pintojuliana652@gmail.com
Faculdade Ari de Sá - FAS

RESUMO EXPANDIDO

Introdução: O presente trabalho, tem como temática principal o relato da pesquisa sobre os impasses da atuação do psicólogo no Centro de Referência especializados para população em situação de rua na cidade de Fortaleza-CE, e a promoção da garantia dos direitos humanos e psicossociais, possibilitando ainda mais uma análise crítica sobre a importância da atuação do profissional e as perspectivas de clínica ampliada. Ademais, objetivamos fomentar o processo de reflexão (senso crítico) com os profissionais da psicologia sobre as possibilidades de intervenção sobre a clínica ampliada e os direitos.

Metodologia: A metodologia consistiu no relato de pesquisa através da abordagem qualitativa, que possibilitou o enfoque na interpretação da problemática e no desenvolvimento dos fenômenos estudados. Para tanto, o procedimento técnico para o levantamento de dados utilizados foi: a pesquisa bibliográfica que suscitou um estudo exploratório sobre a temática, isto é, maior aproximação com a discussão do tema através da leitura interpretativa, além disso, foi realizado o estudo do campo com aplicação de entrevista semiestruturada, com um roteiro pré estabelecido, mas com flexibilidade para abordar questões específicas, conforme o andamento da entrevista juntamente com a psicóloga atuante no centro de referência especializado para população em situação de rua de Fortaleza.

Resultados e Discussão: De antemão, a pesquisa bibliográfica baseou-se em caracterizar o Centro de Referência para População em Situação de Rua (Centro POP) que é um espaço propício a socialização e acolhimento de indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade extrema, sendo definidos como um grupo populacional que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional, como descrito no Decreto nº 7053/2009, art. 1º, Parágrafo Único. Destarte, o Centro Pop tem como objetivo promover uma articulação na rede socioassistencial com a finalidade de contribuir para a reintegração social desse público, restaurando a autonomia e auxiliando na construção de projetos de vida com o acesso às oportunidades de habitação, trabalho, educação e serviços públicos. Na segunda parte da pesquisa o foco foi caracterizar as pessoas em situação de rua, tendo em vista que, quando descrevamos pessoas em situação de rua em vez de moradores de rua é preciso entender o porquê da utilização da primeira terminologia, pois, de acordo, com as discussões de Sicari e Zanella (2018) não podemos cair em uma perspectiva simplista e reducionista dos conceitos. Precisamos recordar que quando estamos falando de pessoas e que essa vivência é algo transitório e passível de mudança. Logo, faz-se necessário humanizar esses sujeitos, não apenas enxergá-los como uma extensão das ruas. Parte desse processo provém justamente de entender como as pessoas em situação de rua passam a estar nessa condição. As autoras Sicari e Zanella

(2018, p.667) discorrem sobre o assunto, apontando razões multifatoriais que geram precarização das condições de vida. No entanto, as autoras não param nesse debate. Elas também refletem criticamente sobre outros motivos que desencadeiam a realidade da população de rua, como a precarização do sistema trabalhista, desemprego em massa, adoecimento mental marcadas pelo sistema capitalista. Há ainda a ação de milícias e traficantes, principalmente em comunidades que expulsam alguns indivíduos das próprias residências sob o risco de represálias ou morte em caso de permanência. Ainda nesta perspectiva foi investigado também sobre como a população em situação de rua se sentem em relação a essa denominação de identidade sobre elas, em não serem vistos como igual, recebendo olhares de hostilidade, medo ao abordarem para pedir esmola, ou seja, existe já existe uma idealização tipificada sobre essa população denominando assim como vagabundos, doentes mentais, criminosos e que não querem trabalhar (Mattos & Ferreira, 2004). Essa condição de preconceito, esquema tipificadores e taxativos que circundam a população em situação de rua fortalece além da exclusão social, o adoecimento mental dos indivíduos que acabam sendo vistos como incômodos para a sociedade. Além do sofrimento psíquico estruturado através dessas condicionantes ambientais, os moradores em situação de rua, desenvolvem ainda o sentimento de vergonha, inutilidade, incapacidade, falta de dignidade, (Valle, 2020). Essa população, tem seus direitos constitucionais e civis negados em decorrência do processo de preconceito da sociedade contemporânea, influenciando como cidadão é visto com essas representações sociais, favorecendo ainda a ideia de culpabilização e pensarem que estão nesta condição por querer. A pesquisa também buscou se aprofundar nas questões quanto ao benefício das ações psicológicas para o público-alvo, destacando a atuação do psicólogo e os possíveis manejos que serão necessários. As intervenções psicológicas com o público em situação de rua exigirá uma prática fora dos padrões da clínicas conforme a formação em psicologia emergiu, mas sim uma construção de uma nova prática livre dos preconceitos e estigmas construídos ao longo do tempo, e humanitária levando em consideração a vulnerabilidade social, ruptura com os laços familiares, o desenvolvimento psicossocial da pessoa em situação de rua, além da estigmatização sobre a marginalização, insegurança, população louca, conforme destacado anteriormente. **Considerações Finais.** Diante das possibilidades de fazer esta pesquisa espera-se contribuir para ampliar o conhecimento sobre a população em situação de rua e atuação do profissional de psicologia dentro da instituição ao usuário do dispositivo, focando na tríade psicossocial do sujeito, além da promoção da clínica ampliada dentro dos centros, tendo como objetivo uma atuação humanitária, acolhedora favorecendo assim no auxílio dos indivíduos que por ali enfrentam não somente as questões financeiras, mas o preconceito, perda dos direitos sociais e exclusão por parte da sociedade, tornando estas pessoas invisíveis perante os olhos das políticas públicas.

Palavras-chave: Vulnerabilidade; preconceito; estigmas; psicologia; direito.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Caio dos Santos; COSTA, Alda Maria Lacerda da. População em situação de rua e a pandemia do COVID 19 no Brasil. **Dignidade Re-Vista**, v.7, n.12, jul 2021.

ESMERALDO FILHO, Carlos Eduardo. SAÚDE MENTAL (EX)-MORADORES DE RUA: um estudo a partir do valor pessoal e do poder pessoal. Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades Departamento de Psicologia. Disponível em <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/161>. Pdf. Acessado em 30 de maio de, 2022.

FEDERAL, Governo. **Orientações Técnicas:** Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop. SUAS e População em Situação de Rua Volume 3, 2011. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf>. Acesso em 3 de abril de 2022.

FIGUEIREDO, Alessandra Aniceto Ferreira; QUEIROZ, Ticiano Nogueira. **A utilização de Rodas de Conversas como Metodologia que possibilita o diálogo.** Seminário Internacional: Fazendo Gênero 10, Florianópolis, 2012.

KUNZ, Gilderlândia Silva; HECKERT, Ana Lucia; CARVALHO, Sílvia Vasconcelos. **Modos de vida da população em situação de rua:** inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. *Fractal, Rev. Psicol.*, v. 26 – n. 3, p. 919-942, Set./Dez. 2014

MÉLLO, Ricardo Pimentel. et al. **Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa.** *Psicologia e Sociedade*, v.19, n.3, p. 26-32, 2007.

MATTOS, Ricardo Mendes; FERREIRA, Ricardo Franklin. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 2, p. 47-58, 2004.

REIS, Alice Casanova. Arteterapia: **A Arte como Instrumento no Trabalho do Psicólogo.** *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 34, n.1, p. 142-157, 2014.

SICARI, Aline Amaral; ZANELLA, Andrea Vieira. Pessoas em Situação de Rua no Brasil: Revisão Sistemática. **Psicologia: Ciência e Profissão.** Out/Dez. 2018 v. 38 n°4, 662-679.

SILVA, Tatiana Dias; NATALINO, Marco; PINHEIRO, Marina Brito. **População em Situação de Rua em Tempos de Pandemia:** um Levantamento de Medidas Municipais Emergenciais. Brasília: IPEA, 2020.

SILVA, Sabrina Kezia da. **A população em situação de rua e a saúde mental: um relato de experiência.** 2018.

VALLE, Fabiana Aparecida Almeida Lawall; FARAH, Beatriz Francisco; CARNEIRO Junior, Nivaldo. **As vivências na rua que interferem na saúde:** perspectiva da população em situação de rua. *Saúde em Debate*, v. 44, p. 182-192, 2020.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL: AVANÇOS E RETROCESSOS NO COMBATE AOS ESTIGMAS EM TORNO DO HIV/AIDS

BRANCO, Francisco Fernando Teixeira Castelo
FILHO, Riksberg Leite Cabral
SENA, Juliana Pinto de
RAMOS, Juliane Faustino

nandocastellobranco@gmail.com
Faculdade Ari de Sá - FAS

RESUMO EXPANDIDO

Introdução. O presente trabalho visa investigar como se deu a implementação de políticas públicas de saúde voltadas para pesquisa, controle, assistência e prevenção ao HIV/AIDS no Brasil. Para tanto, ele aborda como as ações governamentais no país contribuíram (e seguem contribuindo) para fomentar o preconceito e a discriminação contra a comunidade LGBTQIA+, estigmatizando-a como cerne e difusora do vírus/doença. **Metodologia.** Utilizamos a pesquisa bibliográfica, concentrando-nos em artigos publicados na Scielo, na Revista Linguagem, em levantamentos da Fundação Oswaldo Cruz, em material do Ministério da Saúde e na legislação brasileira, especialmente a Política Nacional de DST e AIDS (PN-DST/AIDS). **Resultados e Discussão.** Como explicado pelo Ministério da Saúde (2000), a AIDS chegou ao Brasil em um período conturbado economicamente, socialmente e, em especial, politicamente. O primeiro caso diagnosticado aconteceu no estado de São Paulo, em 1982. À época, o país ainda estava tomado pela ditadura militar que se perpetuava no poder desde o golpe de 1964. A nação se via mergulhada em dívidas externas, altas constantes da inflação, cortes de investimentos em políticas públicas, forte repressão ideológica contra movimentos sociais e, para completar, o Sistema Único de Saúde (SUS), tal como o conhecemos hoje, não existia. Nesse cenário, a AIDS tornou-se uma epidemia silenciosa, associada a comportamentos desviantes e que não demandava prioridade do Governo. Por essa razão, grupos não governamentais formados por ativistas da comunidade LGBTQIA+ passaram a se articular para que a situação fosse mudada. Afinal, a comunidade precisava tornar-se política, já que o descaso com a doença não era ocasional, mas fruto de um preconceito difundido na mídia, nos setores religiosos e até mesmo pelo Estado que a rotulavam como uma doença gay, como destaca Lima, Almeida e Risi (2019). Surge, assim, em 1985, o Grupo de Apoio à Prevenção da AIDS (GAPA). Com o avanço das “Diretas Já” que mobilizaram o país culminaram no início da democracia brasileira, chegamos ao governo de José Sarney. Nesse período, em 1986, é criada a Comissão Nacional de AIDS e passa a vigorar o Programa Nacional de DST e AIDS (PN-DST/AIDS) que se tornou referência internacional pelos três componentes pilares dela: Promoção, Proteção e Prevenção, Diagnóstico e Assistência e Desenvolvimento Institucional e Gestão do Programa. Ainda no mandato do Sarney ocorreu a inclusão do HIV/AIDS na Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública. Em 1988, a nova Constituição Federal é adotada e a saúde passa a ser reconhecida como um direito do cidadão e um dever do Estado. Contudo, se o mandato do primeiro presidente do Brasil trouxe avanços sociais, científicos e políticos na luta contra o HIV/AIDS, o governo Collor (1990 a 1992) foi o extremo oposto. Villarinho (2013) aponta que, além de reavivar problemas econômicos (como o gerado pelo confisco da poupança dos brasileiros) e a instabilidade política ao nível nacional, esse período foi

marcado pela desarticulação de muitas das ações do PN-DST/AIDS, o corte generalizado em políticas públicas de saúde e um retrocesso no tratamento dado a pessoas com HIV/AIDS, visto que o governo adotou um viés moralista que contribuía para estigmatizar e segregar a população LGBTQIA+. É apenas no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1993, que o Brasil retoma com afinco as intervenções da PN-DST/AIDS e passa a celebrar convênios internacionais no combate ao avanço da AIDS. É o caso dos Projetos AIDS I, em parceria com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que visava a implementação e a estruturação de serviços assistenciais às pessoas com HIV/AIDS. A Lei Nº 9.313/96 também foi outro marco importante na década de 1990, pois garantiu, em todo o território, o acesso gratuito aos medicamentos antirretrovirais. Com a transição do governo Fernando Henrique Cardoso para o governo Lula, é dada continuidade aos Projetos AIDS II e III que tinham como focos os processos de diagnóstico, tratamento e assistência e o aprimoramento do controle e prevenção da epidemia, alertando e conscientizando que o HIV/AIDS não escolhe gênero, sexo, idade, raça ou classe social. Até 2018, durante a presidência de Michel Temer, o Sistema Único de Saúde passa por novos avanços com a oferta e a expansão do Serviço de Assistência Especializada (SAE), do Hospital-Dia (HD), da Assistência Domiciliar Terapêutica (ADT) e dos Centro de Testagem e Aconselhamento (CTA). Além disso, os medicamentos de Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) passam a ser assegurados pelo SUS. Todavia, o cenário muda com o governo Bolsonaro que, como reforça Júnior (2020), adota uma postura clara de negligência e banalização da morte, com discursos que, inclusive, trazem à tona velhos estigmas sobre quem tem HIV/AIDS, suscitam desinformação sobre as despesas do Estado para com essa população e reforçam preconceitos sobre quem faria parte de um suposto grupo de risco para infecções sexualmente transmissíveis. Tudo isso mesmo com os dados epidemiológicos do próprio Ministério da Saúde apontando que os heterossexuais são a maioria dos casos diagnosticados. Inclusive, nessa categoria, as mulheres heterossexuais concentram a maior parte das notificações (acima de 80%). Para completar, durante o mandato do presidente, houve suscetíveis baixas nos recursos para campanhas de prevenção e para ações de tratamento de cidadãos com HIV/AIDS tanto em 2021 quanto em 2022. Ao longo de nossa pesquisa, em particular nos estudos de Júnior (2020), Cazeiro, Silva e Souza (2021) e Villarinho et al (2013), fica evidente que governos que adotam viés moralista e ideológico no tratamento de assuntos de saúde pública, que são historicamente associados a comunidades marginalizadas social e culturalmente, tendem a sustentar e a fortalecer estigmas em torno das doenças e do processo de adoecimento. No que tange a temática deste trabalho, o Estado torna-se omissivo quanto ao tratamento de pessoas que convivem com HIV/AIDS, corta verbas de campanhas de conscientização e ainda promove desinformação sobre o que é o vírus e a doença.

Considerações Finais. Diante do exposto, mostra-se imprescindível o engajamento dos profissionais de saúde, das instituições políticas, dos movimentos sociais e da população para assegurar os avanços nas políticas públicas de saúde de combate ao HIV/AIDS e, acima de tudo, para evitar a invisibilização das pessoas soropositivas e os discursos estigmatizantes que insistem em julgar, policiar e condenar à morte corpos LGBTQIA+.

Palavras-chave: HIV; AIDS; LGBTQIA+; governo; políticas de saúde.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Gustavo. Ministério da Saúde inicia hoje o lançamento da Profilaxia Pré-Exposição (PreP). FioTec, 01 de dezembro de 2017. Disponível em <<https://www.fiotec.fiocruz.br/noticias/projetos/4648-ministerio-da-saude-inicia-hoje-olancamento-da-profilaxia-pre-exposicao-prep>>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

CAZEIRO, Felipe; SILVA, Geórgia; SOUZA, Emilly. **Necropolítica no campo do HIV:** algumas reflexões a partir do estigma da Aids. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(Supl. 3):5361-5370, 2021.

COSTA, Mariana. Governo Bolsonaro corta R\$ 3,3 bilhões de recursos para tratamento de Aids. Estado de Minas, 07 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2022/10/07/interna_politica,1404460/governo-bolsonaro-corta-r-3-3-bilhoes-de-recursos-para-tratamento-de-aids.shtml>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. A epidemia da Aids através do tempo. Disponível em: <<https://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/linhadotempo.html>>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

HAILER, Marcelo. No Flow, Bolsonaro associa a vacina contra a Covid a gays. *Revista Fórum*, 09 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/coronavirus/2022/8/9/no-flow-bolsonaro-associa-vacina-contracovid-gays-121385.html>>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

JÚNIOR, Atilio Buturi. **Biopolítica, asfixia e pandemias no Brasil:** sobre a aids e a Covid-19. *Revista Linguagem*, São Carlos, v.35, Dossiê Discurso em tempos de pandemia, setembro, p. 98-118, 2020.

LIMA, Igor; ALMEIDA, Fátima; RISI, Maria. **AIDS, homossexualidade e estigma social nos anos 1980:** as vozes da mídia nos jornais brasileiros da Coleção ABIA. Disponível em: <<https://www.portal.febab.org.br/cbbd2019/article/view/2144>>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **A Comissão Nacional de AIDS:** a presença do passado na construção do futuro. Disponível em <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_06.pdf>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim Epidemiológico Especial - HIV/Aids 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/sau/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2021/boletim-epidemiologico-especial-hiv-aids-2021.pdf/view>>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **GAPAS:** uma resposta comunitária à epidemia da AIDS no Brasil. Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/179_2Gapas.pdf>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública. Disponível em: <<https://www.gov.br/sau/pt->

br/composicao/svs/notificacao-compulsoria/lista-nacional-de-notificacao-compulsoria-de-doencas-agrivos-e-eventos-de-saude-publica>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Política Nacional de DST/AIDS: Princípios, Diretrizes e Estratégias**. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd03_17.pdf>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

MONTEIRO, Simone; VILLELA, Wilza. **Estigma, pânico moral e violência estrutural: o caso da AIDS**. Disponível em: <<http://hshjovem.abiaids.org.br/wp-content/uploads/2019/08/publicacao-simone-wilza-20190625.pdf>>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

REDE BRASIL ATUAL. **HIV: Bolsonaro reproduz preconceitos de 30 anos atrás**. Rede Brasil Atual, 06 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/hiv-bolsonaro-preconceitos/>>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

SCHEFFER, Mário. Governo Bolsonaro promove 'apagão' em campanhas de prevenção à AIDS: investimento em 2021 cai a menos de 1% do aplicado 20 anos atrás. Estadão, 24 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/politica-e-saude/governo-bolsonaro-exclui-populacoesvulneraveis-da-prevencao-a-aids-investimento-em-campanhas-em-2021-cai-a-06/>>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

TAJARA, Alex. **Estímulo ao preconceito: como soropositivos reagiram à fala de Bolsonaro**. UOL, 08 de fevereiro de 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/02/08/estimulo-ao-preconceito-como-soropositivos-reagiram-a-fala-de-bolsonaro.htm>>. Acesso em: 08 de outubro de 2022.

VILLARINHO, Mariana Vieira. et al. Políticas públicas de saúde face à epidemia da AIDS e a assistência às pessoas com a doença. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, 2013 mar-abr; 66(2): 271-7.

PROCESSOS GRUPAIS DE UM GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISA EM ADOLESCÊNCIA E A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS LÚDICOS

SALES, Amanda Mariano Lins
OLIVEIRA, Bruna Rogéria Carvalho
SILVA, Daiane Marinho da
MAIA, Keiny de Araújo

amanda.mariano513@gmail.com
Faculdade Ari de Sá - FAS

RESUMO EXPANDIDO

O presente resumo almeja oferecer um breve relato de experiência das práticas de um Grupo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Psicologia e Adolescência - GEPA. Esta é uma pesquisa qualitativa, com fins descritivos, e os métodos utilizados para construção da metodologia têm, em parte, caráter bibliográfico. Compreendendo a adolescência como uma fase do desenvolvimento indispensável, supõe-se que, se o adolescente está imerso num contexto de vulnerabilidade social, maximizam-se os riscos para a sua sobrevivência. Portanto, tornam-se imprescindíveis trabalhos com grupos de acadêmicos de psicologia a fim de acompanhar o desenvolvimento e maturação biopsicossocial de adolescentes.

Palavras chaves: Adolescência. Grupos. Recursos Lúdicos. Vulnerabilidade social.

INTRODUÇÃO

As práticas acadêmicas de um grupo de extensão são extremamente relevantes na vida acadêmica e ainda futuramente ao profissional. Sobretudo, tais práticas são de suma relevância para comunidades que se beneficiam de trabalhos voluntários, já que, pesquisas voltadas às ciências humanas ampliam o apelo à democratização não só do saber e, além disso, de aplicação, pois, se amplia a um campo de práticas que agregam metodologias com dimensões éticas, críticas, sociais, políticas, e provocam atitudes relacionais a diversidade de classes sociais (SCHMIDTS, 2006). O trabalho voluntário de um grupo de acadêmicos proporciona para a sociedade momentos psicoeducativos, interventivos e terapêuticos, dado que, a maioria das comunidades que vivem em vulnerabilidade social não desfruta dessas oportunidades. Desta forma, em um trabalho dinâmico de grupo, o GEPA - Grupo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Psicologia e Adolescência, propôs-se a ofertar experiências de forma técnica às demandas que foram acolhidas, à medida que facilitava grupos de adolescentes em situação de vulnerabilidade social (SCHMIDTS, 2006).

METODOLOGIA

Nesta pesquisa foi utilizada uma metodologia bibliográfica, em que nos propusemos a coletar livros e artigos anexados em bases indexadas, e que contemplaram as temáticas relacionadas à adolescência, vulnerabilidade social, grupos, e outros conteúdos que surgiram nas discussões do GEPA. Em outras palavras, pretendeu-se agregar a pluralidade que está relacionada com o modo de viver do adolescente, procurando compreender as possibilidades e limitações que atravessam seus estilos de vida e o contexto social em que se encontram imersos (SAWAIA, 2013). De acordo com a natureza, sucedeu-se o método de pesquisa básica, com abordagem qualitativa,

observação participante e método descritivo. Inclui-se a coleta de dados de materiais lúdicos utilizados ao longo das atuações nas extensões. As supervisões tiveram papel crucial nas interpretações desses dados (SAWAIA, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Compreendendo a adolescência como uma etapa indispensável para o desenvolvimento humano, Aberastury e Knobel (1981), apresentam a adolescência como uma etapa em que o adolescente vivenciará crises. A adolescência também pode ser descrita como uma vulnerabilidade vivenciada após a infância, portanto essa vulnerabilidade favorece inúmeras exposições aos fatores de riscos, e isso se potencializa ao adolescente está inserido no contexto de vulnerabilidade social (GUARESCHI ET AL., 2007). Conforme apontam Lima et al. (2020), as vulnerabilidades sociais podem ser ainda mais prejudiciais para a fase do desenvolvimento dos adolescentes, uma vez que emergem as adversidades, o que os tornam ainda mais vulneráveis, mediante a escassez não só de bens de consumo e de carência econômica, como também de estruturação familiar, diálogo e amparo psicológico. O Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005) assegura, e regulamenta as práticas de estudantes de psicologia, ressaltando que correspondam às normas vigentes no código citado, e que sejam supervisionadas por um profissional capacitado e atuante na orientação. A psicologia, enquanto ciência propõe a promoção da saúde mental, promovendo acolhimento, autoconhecimento, diálogo, psicoeducação e intervenção. O manejo clínico com adolescentes tem suas especificidades, dada à complexidade da fase desenvolvimental vivenciada. Nessa etapa de vida, o adolescente vivencia a Puberdade e as transformações corporais e os conflitos internos e externos, o qual resulta em cobranças familiares e sociais, em consequência ocorre à busca pela identidade e pela inclusão em grupos (MOTTA e SILVA, 2015). Considerando desafiador o manejo clínico com um adolescente, podemos pressupor um desafio maior o trabalho com um grupo de adolescentes de comunidades inseridas em um meio de vulnerabilidade social. Estes jovens encontram-se imersos num contexto de violência, privações, abusos e negligências. Nesse contexto, o uso de recursos lúdicos - desenho, pinturas, jogos, dança, escrita expressiva, dentre outros, podem ser utilizados como ferramentas expressivas estratégicas de intervenção psicológica. “O lúdico, numa análise, também ajuda a criança a canalizar sua agressividade para outro alvo, que não o seu eu” (Motta e Silva, 2015, p. 361).

Relato de Atividade Prática. Para a vivência prática foram utilizados com os adolescentes recursos visuais, com intuito de facilitar o diálogo e a interação grupal. A partir da utilização de um dado virtual, os jovens sortearam um número, o qual seria a carta a ser virada de uma série de dezenove cartas. As cartas, previamente impressas, possuíam figuras de “memes” com expressões “faciais” e “corporais” dos desenhos. Cada adolescente foi convidado a revelar o que significava aquela expressão ou qual emoção representava; o que a figura lembrava ou se alguém já tinha passado por aquela situação. Em consequência surgiu uma miscelânea de emoções e sentimentos que as cartas estariam representando. Dois adolescentes mostraram-se bem atentos e participativos. Outro adolescente, inicialmente participou, mas como de costume, ao principiar assuntos expressivos de pensamentos, retraiu-se, apresentando um comportamento de fuga e defesa. Motta e Silva (2015) declaram que é perceptível nas produções lúdicas, que não há diferenças entre o universo interno e externo do brincar, pois tudo está dentro do sujeito e em qualquer momento desabrocha. Sequencialmente à atividade mencionada, em um momento livre, alguns adolescentes, solicitaram folhas em branco, e outros recursos, para desenharem suas cartas preferidas, uns optaram por brincar com as cartas do jogo “UNO”.

Um dos desenhos apresentou características abstratas e quando perguntado sobre o que representava, o adolescente explicou que se tratava do sol e da escuridão. Os desenhos, apesar de parecerem meras reproduções das cartas, revelaram uma expressão da personalidade e manifestação do inconsciente do adolescente. Nessa lógica, Motta e Silva (2015) alertam que através do papel a criança revela desejos, limites e traços do inconsciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, de fato, as atividades propostas pelos extensionistas do GEPA nos possibilitaram escutas riquíssimas. Diante de tantos relatos foi possível acolher, psicoeducar, intervir e até nos afetar diante do universo íntimo daqueles adolescentes, que foram capazes de se expressar tornando revelados seus medos, anseios, angústias e desejos. Tornou-se perceptível, que as demandas, mesmo que de origens semelhantes, suscitam sequelas distintas em cada adolescente, sendo assim, torna-se essencial considerarmos válidas as diferenças individuais, a visão de mundo desses jovens, como também o contexto nos quais esses adolescentes estão inseridos, por isso é muito importante à observação do comportamento individual e em grupo, buscando sempre em primeiro lugar acolher e repudiar julgamentos. Consequentemente, vislumbra-se a indispensabilidade da continuidade do grupo de estudos, extensão e pesquisas em psicologia e adolescência, uma vez que, o projeto GEPA propõe-se ofertar ganhos, tanto para a comunidade, que se beneficia com o acompanhamento de adolescentes moradores de comunidades carentes, quanto para os acadêmicos de psicologia. Aos acadêmicos, além de proporcionar suas práxis que, antes eram ancoradas em escritos e estudos, agora perpassam a objetividade dos fatos e extrapolam os muros da faculdade de psicologia.

REFERÊNCIAS

ABERASTURY, Arminda e KNOBEL, Mauricio. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. Trad. de Suzana Maria Garagoray Ballve. Porto Alegre, Artes Médicas, 1981.

BRASIL. **Código de ética profissional do psicólogo**. 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2020.

GUARESCHI, Neuza M. F. et al. Intervenção na condição de vulnerabilidade social: um estudo sobre a produção de sentidos com adolescentes do programa do trabalho educativo. **Estud. pesqui. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jun. 2007. Disponível em: [Http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812007000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812007000100003&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 04 jan. 2022.

LIMA, A. A. R.P. et al. A produção de sentidos na atividade lúdica do corpo humano com adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Pesquisas em temas de ciências humanas**, 2020, 1. ed. 2. Vol., p. 71-78. Disponível em: https://d545c17b-f3d5-41c9-bf28a48acf4c19a8.filesusr.com/ugd/baca0d_423688bdbe5a4d9983f6fb218006c7ef.pdf . Acesso em: 22 mar. 2020.

SAWAIA, B. B. **Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade**. In: CAMPOS, R. H. F. (org). *Psicologia social comunitária: Da*

solidariedade à autonomia 17. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

SCHMIDTS, Maria Luísa Sandoval. Pesquisa participante: alteridade e comunidades interpretativas. **Psicologia USP** [online]. 2006, v. 17, n. 2., pp. 11-41. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000200002>. Epub 29 Set 2010. ISSN 1678-5177. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000200002>. Acesso em: 23 jul. 2022.

SOUSA, Lisa Naira Rodrigues de et al. Constituindo-se grupo de extensão: Experiência de estudantes de psicologia com crianças e adolescentes em uma instituição juvenil. **Revista Interdisciplinar Plus-Educação e Saúde**, n°008, Nº 8, p. 68-77, 2020. Disponível em: <https://faculdadeplus.edu.br/site/revista-interdisciplinar-plus-educacao-e-saude-n-8/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

MOTTA, C. dos R., & SILVA, L. R. (2015). O lúdico na clínica psicanalítica com crianças e adolescentes com constipação intestinal funcional: um estudo prospectivo-qualitativo. **Revista De Ciências Médicas e Biológicas**. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cmbio/article/view/14953>. Acesso em: 18 ago. 2022.

ZIMERMAN, David E. e OSORIO, Luís Carlos. **Como Trabalhamos com grupos**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1977.

REFLEXÃO SOBRE O PAPEL DO PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE SURDOS DIRECIONADOS AO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA DA FACULDADE ARI DE SÁ

RAMOS, Juliane Faustino
BRANCO, Francisco Fernando Teixeira Castelo
CARNEIRO, Raissa Candido
OLIVEIRA, Darliane Lima Viana

julianefaustinator@gmail.com
Faculdade Ari de Sá – FAS

RESUMO EXPANDIDO

Os futuros profissionais de psicologia precisam estar preparados para atender as demandas emocionais e psíquicas que emanam da sociedade, oferecendo assim um suporte eficiente e acolhedor para os seus conflitos psíquicos em todas as suas possíveis áreas de atuação. Contudo observamos que muitos profissionais de psicologia não são incentivados e nem buscam estar preparados para oferecer suporte profissional adequado às pessoas surdas. Essa insuficiência de comunicação junto às pessoas surdas, podem fazer com que ocorra um receio pela busca de atendimentos psicológicos, tornando os seus sofrimentos ainda mais permanentes. Foi devido a percebida insuficiência de profissionais capacitados para atender as pessoas surdas, que despertou na equipe o desejo de realizar a referida intervenção com os alunos de 5º semestre, turno noite, do curso de Psicologia da Faculdade Ari de Sá, que estão na construção da sua formação e podem remodelar e direcionar a busca por capacitação. Na intervenção realizada o objetivo geral foi: refletir sobre o papel do psicólogo como agente no processo de inclusão de pessoas surdas e objetivos específicos foram: (1) ser capaz de sensibilizar os futuros profissionais de psicologia sobre o contexto social do surdos; (2) buscar conscientizar o público acadêmico da importância de proporcionar aos surdos condições sociais mínimas de interação com os ouvintes e (3) tentar incentivar a busca por mecanismos de interação e inclusão de pessoas surdas em todas as áreas de atuação do psicólogo. A metodologia utilizada na atividade foi uma roda de conversa, que permitiu a construção de um espaço de diálogo em torno da temática específica e o compartilhamento de vivências individuais. Deste modo, além dos alunos terem se expressado e aprendido com os demais, a metodologia permitiu debater de forma aberta, favorecendo que o sujeito ficasse à vontade em escutar e falar, capturar experiências e gerar interação grupal. O público-alvo foram estudantes de psicologia do 5º semestre de uma instituição privada na cidade de Fortaleza. A roda de conversa, foi guiada de forma virtual, ou seja, on-line, por discentes do curso de psicologia também do 5º semestre, e foi dividida em três momentos importantes descritos a seguir: Momento da Instrução - Apresentação: Foi realizada uma breve apresentação da temática escolhida pelo grupo com os participantes e foram expostos: o tema e os objetivos que pretendiam ser alcançados. Momento da Intervenção: Primeiramente, foi solicitado pelas mediadoras da ação aplicada que todos presentes na sala virtual ficassem atentos às etapas da intervenção, bem como fizessem anotações das suas percepções, sentimentos e reflexões. Como parte dessa sensibilização inicial, reproduzimos um breve vídeo, no qual mostrava um pouco da dificuldade vivida pela pessoa surda em se comunicar, no caso do vídeo, a busca por um atendimento hospitalar. No instante seguinte, foram convidados a participar 6 alunos da turma, nos quais foram

instruídos a comunicarem-se sem utilizar a linguagem escrita ou oral. Foram sugeridas três situações específicas, previamente determinadas através do roteiro elaborado pelos estudantes aplicadores da intervenção, onde cada um dos participantes representou um papel na situação proposta e tentou se comunicar de maneira não verbal, sendo dado a cada situação, o tempo máximo de 5 minutos para representá-las. A forma de comunicação deveria ser exclusivamente gestual (gestos ou sinais), desenhos, ou movimentos corporais que indicassem a situação que foi representada. Abaixo está a descrição de cada uma das situações sugeridas na intervenção: 1º Situação – Em cenário que simula um atendimento clínico psicológico, um dos participantes representou o papel do psicólogo clínico e o outro participante representou o cliente surdo. Nesta vivência, o psicólogo clínico acolhia a pessoa surda que estava com sintomas de ansiedade elevados. Os participantes da cena apresentaram bastante dificuldade na comunicação e demonstraram em seus semblantes uma certa angústia por não conseguirem entender um ao outro. Usaram de recursos como a leitura labial e gestos corporais. 2º Situação – Em um cenário que simula o setor de Recursos Humanos de uma organização fictícia, um dos participantes da cena representou o papel do psicólogo organizacional e o outro aluno representou o papel do colaborador surdo. Nesta atuação, o colaborador precisava descrever para o psicólogo que estava passando por dificuldades no trabalho, se fazendo necessário que ele explicasse quais os seus incômodos. Em seguida, o psicólogo deveria responder a essa situação com seu colaborador. Neste cenário, os alunos participantes da atuação utilizaram da comunicação escrita, facilitando a comunicação, mas a deixando muito lenta e cansativa. 3º Situação – Neste momento, foi simulada em um cenário hospitalar, o atendimento do psicólogo hospitalar a um paciente que estava com bastante medo por ter de passar por uma cirurgia. Na atividade proposta, os alunos participantes desta etapa da intervenção apresentaram um conhecimento básico na língua de sinais e puderam apresentar uma melhor desenvoltura na comunicação. Fechamento: Finalizando a intervenção com os participantes, as mediadoras fizeram o fechamento com algumas perguntas e impressões sobre a temática. Inicialmente, os participantes da atuação puderam expor seus sentimentos e reflexões em cada uma das situações realizadas, em seguida, foram levadas as discussões aos espectadores, que também expuseram suas impressões e situações experienciadas que se aproximasse a temática da atividade. Com isso, foi possível o diálogo grupal com os colegas acerca do tema proposto. Após a exposição de algumas percepções e relatos de experiências próximas ao tema, foi reproduzido um vídeo, no qual mostrava o engajamento de uma vizinhança inteira em interagir com seu vizinho surdo através da linguagem de sinais, mostrando a importância de ser empático às dificuldades enfrentadas por pessoas com necessidades especiais. Como encerramento da intervenção, foi mostrado um vídeo de uma criança não surda, tentando reproduzir a cena que assistia de um diálogo de pessoas surdas através de linguagem de sinais. Esse vídeo tinha como objetivo mostrar aos participantes que, assim como uma criança em seu desenvolvimento, basta estar aberto a novas experiências e aprendizados para dar início a mudanças importantes e necessárias. Por fim, é importante destacar ainda que para a realização do projeto de intervenção foi necessário: Câmeras em seus smartphones ou computadores; Folha em branco e lápis para anotações das observações e percepções dos espectadores; Acesso a dados de Internet para uso na plataforma de sala virtual. Em suma, o presente trabalho, desde o desenvolvimento do projeto de intervenção a partir da construção do referencial teórico, apresentou-se com relevância da temática do papel do psicólogo como agente no processo de inclusão de pessoas surdas, tendo em vista as crescentes perspectivas de atuação do psicólogo, bem como as diversas áreas em que pode atuar. O projeto de intervenção foi elaborado para

trazer essa problematização para dentro da faculdade, sendo perfeitamente aplicável aos alunos do quinto semestre do curso de psicologia, tendo como anseio incentivá-los a busca por mais conhecimentos e aprimoramento dentro da própria formação. Objetivou-se problematizar de forma clara a importância dos estudantes de psicologia/psicólogos no processo de inclusão de surdos, principalmente no tocante quanto aos atendimentos dos mesmos, seja no âmbito hospitalar, empresarial, escolar e clínico. Por último, o momento de partilha dos colegas quando relataram também situações cotidianas que eles mesmos presenciaram, fortalecendo ainda mais a importância de trazer essa reflexão para a formação dos mesmos e na preparação para o acolhimento desses sujeitos, buscando proporcionar um atendimento qualificado. Evidencia-se a importância em trazer essa perspectiva de atuação para o contexto corrente, tendo em vista a perceptível necessidade de nós, já como profissionais psicólogos, estarmos preparados para a atuação em diversos contextos e necessidades, que porventura se apresentem.

Palavras-chave: Inclusão; Pessoas surdas; Psicólogo; Comunicação.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 2015, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL, 2002, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm> Acesso em: 11 abr. 2021.

CRUZ, Mafalda Luzia Coelho Madeira; LOPES, Vanessa Marques. Inclusão social do deficiente auditivo: uma reflexão do atendimento do psicólogo na internação hospitalar. **CES Revista**, v. 21, p. 191-202, 2007.

PEREIRA, V. A.; ARAUJO, K. V.; SILVA, J. L. de A. Psicoterapia para pessoas com surdez: um processo de inclusão. **Revista Científica Novas Configurações-Diálogos Plurais**, v.1, n.3, 2020.

PEREIRA, V. A. Inclusão Escolar: histórico e análise das garantias legais da pessoa com deficiência. **Revista Científica Novas Configurações – Diálogos Plurais**, Luziânia, v. 1, n.1, p. 21-33, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2675-4177.2020.004>. Acesso em: 12 de abril de 2021.

QUAL A IMPORTÂNCIA DE APRENDER LIBRAS?. Educa Mais Brasil. Disponível em: <<https://www.educamaisbrasil.com.br/educacao/noticias/qual-a-importancia-de-aprender-libras>> Acesso em: 11 abril 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. WVA(r) Editora e Distribuidora Ltda, v.1, Rio de Janeiro, 1997.

ANSIEDADE EM MULHERES DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19

COSTA, Nathaly Maria Gomes da
CIDADE, Elívia Camurça
NEPOMUCENO, Bárbara Barbosa

natthgomezz@gmail.com
Faculdade Ari de Sá - FAS

RESUMO EXPANDIDO

INTRODUÇÃO: A análise dos impactos da pandemia da COVID-19 na manifestação da ansiedade entre mulheres pode permitir a identificação de fatores psicossociais que levam ao desenvolvimento do transtorno de ansiedade, esse que já se tornou um problema de saúde pública no Brasil e o mundo. É válido destacar que, a pandemia, além de ter gerado uma crise econômica de característica global, também resultou em uma sobrecarga psicológica de grande parte da população mundial, principalmente das mulheres (INFRA; MUNIZ, 2020, p. 35). A ansiedade é um transtorno que pode vir a causar diversas complicações na vida do indivíduo, podendo se desdobrar em síndrome do pânico, transtorno de ansiedade generalizada, transtorno obsessivo-compulsivo e entre outros (MOURA et al, 2020). O transtorno é mais presente em mulheres do que em homens, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2017) no Brasil, mais de 18 milhões de pessoas tinham o diagnóstico de ansiedade, número que representa cerca de 9,3% da população do país. Outro fator identificado pela pesquisa da OMS foi o número de casos de ansiedade nas Américas, que se apresentava maior do que nas outras regiões do planeta. O quadro se apresentou como mais comum em mulheres do que em homens, tendo uma prevalência de 7,7% para a população feminina, enquanto apenas 3,4% para a população masculina. O estudo busca investigar a manifestação desses quadros no contexto epidêmico, pois apesar dos casos estarem mais controlados devido à vacinação da população, a pandemia é uma realidade ainda presente no ano de 2022. Pesquisar seus desdobramentos na vida dos sujeitos é fundamental para que se possa elaborar intervenções que visem auxiliar a população a lidar com suas consequências. Nesse sentido, a investigação possui como pergunta de partida considerando a pandemia da COVID-19, como se manifesta a ansiedade em mulheres? A hipótese central do estudo é que a desigualdade de gênero impactou em maiores níveis de ansiedade vivenciados por mulheres na pandemia. Por sua vez, a hipótese secundária é que a pandemia gerou uma sobrecarga dos papéis sociais vivenciados pelas mulheres. A pesquisa tem por objetivo discutir o fenômeno da ansiedade em mulheres e sua expressão na pandemia da COVID-19. **METODOLOGIA:** O estudo é de tipo bibliográfico, realizado através de um levantamento de artigos publicados sobre o tema, o qual se percebeu ser um tema relativamente novo e ainda com poucos estudos e pesquisas realizados, utilizando os descritores: ansiedade, mulheres, COVID-19. A pesquisa teve caráter exploratório e obedeceu às etapas da pesquisa bibliográfica destacadas por Gil (2022): escolha do tema; levantamento bibliográfico preliminar; formulação do problema; elaboração do plano provisório da pesquisa; identificação das fontes; localização das fontes; obtenção do material de interesse para a pesquisa; leitura do material; tomada de apontamentos; fichamento; construção lógica do trabalho; e redação do relatório. A pesquisa ocorreu no período de março a junho de 2021, nas bases de dados Scielo e Periódicos Capes, considerando os artigos publicados em periódicos científicos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Dentre os artigos encontrados destaca-se o de Santomauro et al. (2021, p.

1706), o qual conforme estudo realizado através de revisão sistemática de literaturas publicadas entre 01 de janeiro de 2020 e 29 de janeiro de 2021 e que investigaram a prevalência de casos de depressão e ansiedade durante a pandemia da COVID-19, afirma que “houve um adicional de 51,8 milhões de novos casos da doença entre as mulheres, comparado a 24,4 milhões de novos casos entre os homens, sendo a prevalência de casos maior em mulheres entre 20 e 44 anos”. De acordo com estudo realizado pelo IPSOS (2020), quatro em cada dez brasileiros têm sofrido de ansiedade como consequência do surto do novo coronavírus, sendo as mulheres as mais afetadas, 49% delas se declararam ansiosas durante o período de pandemia em comparação a 33% entre os homens. Ao se realizar um olhar maior para mulheres e ansiedade no cenário de pandemia, é importante destacar as dificuldades e os atravessamentos ao qual esse gênero está submetido. Historicamente, existem desigualdades de gênero, as mulheres acabam por se ocupar mais dos afazeres domésticos, limitando o tempo que podem direcionar ao mercado de trabalho e que acaba por impor também uma maior dedicação para a conciliação das jornadas (DEDECCA, RIBEIRO, ISHII, 2009). Infra e Muniz (2020, p. 44), através da participação em grupos virtuais de mulheres mães, perceberam que muitas mulheres “naturalizam o sexismo e a divisão sexual do trabalho, restando a elas a culpa por não estarem dando conta de todas as tarefas que se acumulam nesse isolamento social forçado”. Apesar dos avanços dos movimentos feministas, o sexo feminino ainda é muito afetado pelo modelo patriarcal presente no mundo moderno. A mulher é uma figura principal na ascensão do mercado de trabalho, entretanto, acabam por protagonizar uma jornada de trabalho maior do que a dos homens, pois a grande maioria das atividades domésticas ainda recai sobre elas, lhes deixando muito pouco tempo para descanso após um dia de trabalho cansativo (TAVARES, 2019). As mulheres são na grande maioria das vezes exploradas pelo mercado de trabalho, as tarefas domésticas acabam por se estender enquanto preocupação para a sua esfera produtiva, acabando por resultar em uma coexistência dos dois gerando uma dupla jornada de trabalho e um ciclo perverso e sem limite de tempo entre as duas formas de trabalho (ÁVILLA, 2004). Tal fato, pode afetar não apenas suas vidas profissionais, mas também na sua saúde física e psicológica. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Por fim, destaca-se que a ansiedade é um transtorno mental que tem se tornado cada vez mais comum no mundo atual, além disso, sua grande prevalência na população feminina é algo preocupante, sendo importante investigar os aspectos relacionados ao gênero que podem vir a ser cruciais para os dados encontrados, é válido destacar que, a inserção da mulher no mercado de trabalho se deu de forma a possibilitar que ela passasse a ter uma maior liberdade com relação ao seu poder financeiro e decisão sobre sua vida, entretanto, de acordo com Ávilla (2004). As mulheres são na grande maioria das vezes exploradas pelo mercado de trabalho, as tarefas domésticas acabam por se estender enquanto preocupação para a sua esfera produtiva, acabando por resultar em uma coexistência dos dois gerando uma dupla jornada de trabalho e um ciclo perverso e sem limite de tempo entre as duas formas de trabalho. Logo, investigar a relação entre a desigualdade de gênero e a manifestação de quadros de ansiedade em mulheres durante a pandemia da COVID-19 se faz crucial para se ter uma melhor compreensão acerca dos fatores que podem vir a levar a um maior número de casos de ansiedade em mulheres.

Palavras chaves: Ansiedade. Mulheres. Pandemia. Covid-19.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Betânia. Vida cotidiana e o uso do tempo pelas mulheres. In: **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. 2004. p. 16-18. Disponível em:<<http://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/painel29/MariaBetaniaavila.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2022.

DEDECCA, Claudio Salvadori, RIBEIRO, Camila Santos Matos de Freitas e ISHIL, Fernando Hajime. Gênero e jornada de trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. **Trabalho, Educação e Saúde** [online]. 2009, v. 7, n. 1 [Acessado 31 Maio 2022], pp. 65-90. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100004>>. Epub 03 Out 2012. ISSN 1981-7746. <https://doi.org/10.1590/S1981-77462009000100004>.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 7ª Ed. Barueri: Atlas, 2022.

INSFRAN, Fernanda; MUNIZ, Ana Guimarães Correa Ramos. **Maternagem e Covid-19: desigualdade de gênero sendo reafirmada na pandemia**. Diversitaes. v. 12, n. 2, (julho/dezembro), 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.53357/AMOC4868>> Acesso em: 6 abr. 2022.

IPSOS. CALLIARI, Marcos. **De 16 países, Brasil é o que mais sofre com ansiedade por causa da pandemia de coronavírus**. IPSOS, online, 01, junho, 2020. Notícias e enquetes. Disponível

MOURA , A. T. R. P.; PEREIRA, A. K. V.; ALMEIDA, B. M. de S.; CAMPOS, C. C.; CABRAL, L. R.; SOUSA, M. G. da C.; CAMINHA, P. da S.; SOUSA, A. R. A. de .; SOARES, F. A. de F. . **Anxiety: analysis of impacts on quality of life and therapeutic approaches, an integrative review**. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 9, n. 10, p. e7979109247, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i10.9247. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9247>. Acesso em: 22 abr. 2022.

Organização Mundial de Saúde. **Depression and other common mental disorders: global health estimates**. Geneva: OMS, 2017. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/254610/1/WHO-MSD-MER-2017.2-eng.pdf>. Acesso em: 12 abr . 2022.

SANTOMAURO, Damian F. et al. **Global prevalence and burden of depressive and anxiety disorders in 204 countries and territories in 2020 due to the COVID-19 pandemic**. *The Lancet*, online, v. 398, n. 10312, p. 1700-1712, nov. 06, 2021. Disponível em:<[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(21\)02143-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(21)02143-7)> Acesso em: 20 mar 2022.

TAVARES, Jaqueline Duarte. **O trabalho da mulher e a sobrecarga emocional**. 2019. Tese (Trabalho de Conclusão de Curso) - graduação em Direito, Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul. 2019. Disponível em:<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/6554>>. Acesso em: 22 abr. 2022.